

ISCTE  **Business School**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Economia

**Impacto das remessas no crescimento económico de Portugal:
1975 a 2010**

Nádia Dinis

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Portuguesa e Integração Internacional

Orientadora:

Sofia de Sousa Vale

Professora Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de Economia,
ISCTE – IUL

Lisboa, Outubro de 2012

Resumo

A discussão sobre migrações e seus efeitos no crescimento económicos dos países assume particular importância no contexto da mundialização – inegável e crescente – das sociedades e das economias. Portugal tem sido, ao longo dos tempos, um país de migração, ainda que o padrão nacional das migrações se tenha alterado, passando de um país predominante de emigração para se afirmar também como um país de imigração sobretudo nos últimos 15 a 20 anos.

Neste sentido, este trabalho pretende traçar um retrato da emigração portuguesa nas décadas de 1990 e 2000, e avaliar o impacto do envio de remessas no crescimento económico de Portugal desde 1975 a 2010. Recorremos à literatura já existente, bem como às bases de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para compreender a composição do fluxo emigratório recente. Para a análise económica, socorremo-nos de modelos econométricos com base em séries cronológicas, através dos quais procurámos identificar relações de equilíbrio de longo prazo entre o fluxo das remessas recebidas por Portugal e os principais agregados macroeconómicos.

Concluimos que o emigrante português continua a ser maioritariamente do sexo masculino e no início da idade activa, mas que tem um nível de escolarização cada vez mais elevado e que a duração da emigração tende a ser menor. Relativamente aos cálculos econométricos, os resultados indicam que as remessas acompanharam o crescimento económico do país ao longo do período considerado, de forma inversa, diminuindo progressivamente com o aumento do PIB e do PIB *per capita*. Os resultados apontam ainda para a importância do investimento, que é entre as variáveis estudadas aquela que apresenta uma relação positiva com o fluxo das remessas.

Palavras-chave: remessas, crescimento económico, emigração, séries temporais

Sistema de Classificação JEL:

- F22 – International Migration
- F24 – Remittances
- F43 - Economic Growth of Open Economies

Abstract

Set against the background of the undeniable and rising globalization of societies and economies, the debate on migration and its impact on economic growth becomes hugely relevant. Throughout the years, Portugal has been itself a country of migration: it has not only been traditionally a country of emigration, but in the last 15 to 20 years it has also become a country of immigration.

This dissertation aims to describe Portuguese emigration during the 1990's and 2000's, whilst assessing the impact of remittances on Portugal's economic growth from 1975 to 2010. We went through the existing literature, as well as data from the Portuguese Institute for Statistics (INE) and from the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) to better understand the composition of the recent migration flow. To carry out the economic analysis, we used econometric models based on time series, which allowed us to identify long-term relationships between the remittance flow received by Portugal and main macroeconomic aggregates.

We concluded that the Portuguese emigrant is still mainly a man at the beginning of his active life who has an increasingly higher level of education, staying at the destination country for shorter periods than before. As for the econometric calculations, the results indicate that remittances were inversely proportional to the country's economic growth over the period considered, thus decreasing progressively as GDP and GDP per capita increased. The results also highlight the relevance of investment, which is the only studied variable that presents a positive relationship with the remittances flow.

Key words: remittances, economic growth, migration, time series

JEL Classification System:

- F22 – International Migration
- F24 – Remittances
- F43 - Economic Growth of Open Economies

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais e à minha irmã, por serem a base da minha fundação, por serem aquilo de que sou feita e por acreditarem em mim sempre mais do que mereço. Aos meus amigos Mariana, David, Marco, Catalão, Mike, Alexandre, Eliana, Susana e Daniela, por serem mais do que alguma vez conseguirei retribuir, pela paciência e pela curiosidade e por – mesmo sem saberem – me ajudarem a desligar para me manter sã. À Irina, companheira de todas as lutas, por estar sempre presente e por ser uma motivação constante. À professora Sofia de Sousa Vale, pela dedicação, pela paciência, pelo tempo e pelo trabalho que teve.

Dedicatória

*À minha irmã, Cláudia, que emigrou para França em 2010 sem regresso marcado.
Mesmo longe, está sempre perto.*

Ao meu avô Roldão, um louco sonhador que esteve em Paris na década de 1970.

Índice

1. Introdução	1
2. Revisão de literatura	4
2.1. Remessas e crescimento económico	4
2.1.1. Conceitos	4
2.1.2. Causas da emigração	6
2.1.3. Efeitos da emigração	8
2.1.4. Tendências e factos	12
2.1.5. Políticas	13
2.2. Emigração portuguesa.....	17
2.2.1. Causas e ciclos	18
2.2.2. Perfil e impacto económico.....	21
3. A emigração portuguesa das décadas de 1990 e 2000.....	29
3.1. Perfil.....	29
3.2. Evolução das remessas.....	37
3.2.1. Factores explicativos	42
4. Estimacões e resultados	53
4.1. Efeitos macroeconómicos das remessas	53
4.2. Metodologia	60
4.3. Estimacão empírica.....	63
4.3.1. Análise dos Dados.....	63
4.3.2. Cointegração	66
5. Conclusão	81
Bibliografia.....	85
Anexo A.....	93
Anexo B.....	95

Índice de gráficos

Gráfico 1: Emigrantes por tipo de migração (em percentagem do total)	31
Gráfico 2: Emigrantes por sexo (em percentagem do total)	32
Gráfico 3: Emigrantes por faixa etária	33
Gráfico 4: Emigrantes por países de destino	35
Gráfico 5: Emigrantes por grau de instrução	36
Gráfico 6: Remessas de emigrantes	38
Gráfico 7: Remessas de emigrantes; países seleccionados (preços constantes de 2006)	40
Gráfico 8: Despesa da Segurança Social e Remessas de emigrantes (% do PIB)	44
Gráfico 9: População residente com ensino superior em % da população, segundo os Censos	47
Gráfico 10: Representação gráfica logaritmizada das variáveis em estudo	64
Gráfico 11: Representação gráfica logaritmizada da evolução	67
do rácio das remessas sobre o PIB e sobre o PIB <i>per capita</i>	67
Gráfico 12: Filtros de Hodrick-Prescott para PIB e Remessas	69

Índice de tabelas:

Tabela 1: Testes de Raiz Unitária ADF (variáveis em níveis)	65
Tabela 2: Testes de Raiz Unitária ADF (variáveis em primeiras diferenças)	65
Tabela 3: Testes de Raiz Unitária PP (variáveis em níveis)	65
Tabela 4: Testes de Raiz Unitária PP (variáveis em primeiras diferenças)	66
Tabela 5: Número de lags do modelo de cointegração - PIB e remessas	68
Tabela 6: Número de lags do modelo de cointegração – PIB <i>per capita</i> e RRem	70
Tabela 7: Causalidade à Granger – Remessas, PIB, RRem, PIB <i>per capita</i>	72
Tabela 8: Lags para Consumo e Remessas	73
Tabela 9: Lags para Consumo e do RRem	74
Tabela 10: Lags para Investimento e Remessas	75
Tabela 11: Lags para Investimento e o RRem	76
Tabela 12: Causalidade à Granger – Remessas e Investimento	77
Tabela 13: Lag óptimo para Importações e Remessas	78
Tabela 14: Lag óptimo para Importações e RRem	78

1. Introdução

Mais de 215 milhões de pessoas em todo o mundo viviam, em 2010, fora do seu país de origem, o que corresponde a 3 por cento da população mundial, de acordo com dados das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial (BM). Só no espaço dos países da OCDE, em 2010, a emigração permanente alcançou os 4,1 milhões de pessoas e a temporária 1,9 milhões, o que representa um declínio de 3 e 4 por cento, respectivamente, face ao ano anterior (OCDE, 2012).

Dados do Banco Mundial indicam que as remessas enviadas para os países em vias de desenvolvimento, por seu lado, equivaliam, em 2009, a três vezes o montante da ajuda externa oficial destinada ao desenvolvimento, sendo, por isso, muito importantes para milhões de famílias, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento. Números mais recentes do Banco Mundial apontam que, no último quarto de século, o fluxo das transferências monetárias dos emigrantes para os seus países de origem tenham quadruplicado, superando os 300.000 milhões de dólares em 2010 e esperando-se que tenham atingido os 372.000 milhões no ano seguinte.

Em 2011, os países que receberam mais remessas (oficialmente registadas) foram a Índia (58.000 milhões de dólares), a China (57.000 milhões de dólares), o México (24.000 milhões de dólares) e as Filipinas (23.000 milhões de dólares). No entanto, considerando o rácio das remessas sobre o Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que estas eram mais expressivas em países pequenos e com baixos rendimentos: Tajiquistão, Lesoto, Nepal, Samoa e Tonga (Banco Mundial, 2012).

Apesar dos receios de que a crise financeira de 2008/2009 gerasse um regresso em massa dos emigrantes aos seus países de origem, bem como um declínio no montante das remessas, isso não se verificou. Na verdade, avança o Banco Mundial, “os países que enviam emigrantes para muitos países tiveram os regressos mais fracos e as menores quedas nas remessas”, do mesmo modo que “os corredores de emigração mais livres reagiram mais rapidamente às alterações das condições económicas”. As estimativas do Banco Mundial apontam mesmo para que as remessas continuem a aumentar, atingindo os 593.000 milhões de dólares em 2014, dos quais 441.000 milhões serão direccionados para os países em vias de desenvolvimento.

Um relatório da OCDE (2012) estuda em particular os fluxos migratórios dos países da Europa do Sul (Portugal, Grécia, Itália e Espanha) e da Irlanda, que partilham duas características: por um lado, tiveram movimentos de emigração significativos na maior parte do período pós-guerra e, por outro lado, transformaram-se em países de imigração ao longo dos últimos 15 anos, recebendo imigrantes que procuravam trabalho. A OCDE apura que a emigração aumentou, de facto, nestes países mais atingidos pela crise mundial e europeia, mas apenas de forma modesta, não se assistindo a um movimento de debandada geral das populações.

No caso de Portugal, o volume da emigração resulta de dados dos países de destino, concluindo-se que, em 2011, terão saído do país mais de 70.000 pessoas, sendo que mais de metade tinha menos de 29 anos. Os destinos preferenciais dos portugueses foram outros países europeus – Reino Unido, França, Suíça, Alemanha e Luxemburgo – e países de língua portuguesa – Brasil e Angola (OCDE, 2012).

Neste sentido, o objectivo deste trabalho é dar continuidade aos estudos de Baganha (1991, 1994, 2003), Peixoto (2004, 2008, 2009) e Malheiros (2011) para cumprir dois grandes propósitos. Em primeiro lugar, traçar um perfil da emigração portuguesa das últimas duas décadas (entre 1990 e 2010) e identificar quais as características que perduram ao longo do tempo, bem como quais as que apresentam diferenças significativas. Em segundo lugar, estudar o impacto económico das remessas no crescimento de Portugal entre 1975 e 2010, por forma a avaliar se – tal como nos anos dourados da economia portuguesa marcados também por fortes fluxos emigratórios – as remessas dos emigrantes têm um contributo positivo no crescimento económico ou se este impacto é menor ou inexistente.

Para cumprir o primeiro objectivo, recorreremos essencialmente a literatura já existente, bem como às bases de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da OCDE. Concluimos que o típico emigrante português das décadas de 1990 e 2000 continua a ser do sexo masculino e no início da idade activa, preferindo os países mais desenvolvidos da Europa. As principais distinções entre o emigrante destas décadas e das anteriores prendem-se com o nível de formação, que é agora mais avançado, e com o tempo de duração da emigração, que tende a ser inferior a um ano.

Já para avaliar o impacto económico dos movimentos emigratórios, centrámos a

análise nas remessas dos emigrantes portugueses, variável que cruzámos com outras variáveis económicas consideradas relevantes para o objecto de estudo (PIB, importações, consumo e investimento). Para esta parte da investigação, recorremos a modelos econométricos baseados em séries cronológicas para, posteriormente, verificarmos a existência de relações de equilíbrio de longo prazo entre, por um lado, as variáveis macroeconómicas cujo comportamento, de acordo com a literatura, poderá ser influenciado pelos fluxos de remessas, e, por outro lado, o montante destas remessas, bem como a existência de causalidade entre elas.

Concluimos que as remessas e o PIB apresentam uma relação de longo prazo de sentido inverso, ou seja, as remessas diminuem gradualmente à medida que o PIB e o PIB *per capita* aumentam. Entre os resultados dos modelos estimados, o mais relevante foi o que se refere ao investimento, na medida em que a queda das remessas foi acompanhada por uma queda no investimento. Este resultado vai no sentido de estudos que têm levantado a hipótese de que o aumento das remessas é um factor de investimento, embora no caso da economia portuguesa se possa concluir que o decréscimo das remessas poderá ter contribuído para que não se gerasse o nível de acumulação crítico para fomentar o aumento do investimento.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo 2 faz uma resenha da literatura relevante para o objecto de estudo em causa; o capítulo 3 ilustra o retrato da emigração portuguesa das décadas de 1990 e 2000, bem como da evolução das remessas desde 1975 até 2010; o capítulo 4 apresenta os modelos estatísticos calculados e seus resultados e o capítulo 5 conclui.

2. Revisão de literatura

2.1. Remessas e crescimento económico

Nesta revisão bibliográfica, vamos começar por apresentar os conceitos de emigrante e de remessas, tendo em conta as definições de instituições internacionais. De seguida, serão apresentadas as causas e os efeitos da emigração, bem como os principais factos e tendências detectados nos fluxos das remessas nas décadas de 1990 e 2000, em termos internacionais. Finalmente, vamos enunciar algumas políticas apontadas pela literatura consultada, as quais têm como objectivo tornar o mercado de remessas internacionais mais eficiente, reduzindo os custos associados e potenciando a captação destes fluxos pelos países de origem dos emigrantes. No entanto, não serão exploradas com detalhe cada uma destas políticas, uma vez que não é esse o âmbito desta investigação.

2.1.1. Conceitos

Para as definições e conceitos centrais na análise das remessas dos emigrantes, serão usados os conceitos de organizações internacionais, nomeadamente do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e das Nações Unidas. De um modo geral, as definições são coincidentes, embora apresentem aspectos diferenciadores.

De acordo com a OIM, não existe uma definição internacionalmente aceite para o termo emigrante. Normalmente, é usado para referir “todos os casos em que a decisão de emigrar foi tomada livremente pelo indivíduo em causa por razões de conveniência pessoal e sem a intervenção de um factor externo”. Por isso, por emigrante entende-se qualquer pessoa ou membros da família que se desloquem para outro país ou região com o objectivo de melhorar as suas condições de vida, sociais e materiais, e melhorar as suas perspectivas, bem como as dos seus familiares.

As Nações Unidas, por seu lado, consideram como emigrante uma pessoa que resida num país estrangeiro por mais de um ano, independentemente das causas (voluntárias ou involuntárias) e dos meios usados para emigrar (regulares ou irregulares).

Ao abrigo desta definição, as pessoas que viajam por curtos períodos de tempo não são consideradas emigrantes (turistas ou empresários).

A emigração pode ser de tipo permanente (indivíduos que se ausentaram do país com a intenção de permanecer no estrangeiro por mais de um ano) ou de tipo temporário (indivíduos que se ausentaram do país com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período até um ano).

Uma vez tomada a decisão de partir, o emigrante pode ou não enviar remessas para os familiares que ficam no país de origem, sendo as remessas enviadas o contravalor monetário da emigração.

Medir as remessas e o seu impacto económico tem, logo à partida, a dificuldade da definição do conceito, um problema referido em praticamente toda a literatura. (Peixoto e Fonseca, 2008; Pires et al., 2010; Malheiros, 2011). O facto de a definição de remessas não ser consensual, associado aos vários problemas estatísticos, dificulta a compreensão real destes fluxos, bem como a análise comparada entre países e regiões.

O FMI (2006) regista as remessas dos emigrantes em três secções da sua balança de pagamentos: remessas dos migrantes, compensação dos trabalhadores e transferências dos migrantes. O FMI entende que, se o migrante viver no país de destino durante um ano ou mais, é considerado residente independentemente da sua situação legal, ao passo que, se viver por menos de um ano no país de destino, as transferências que efectua para o país de origem devem ser consideradas compensações ao trabalho. As transferências dos migrantes, por sua vez, correspondem ao património líquido dos migrantes que se deslocam de um país de emprego para outro.

Já o Banco Mundial (2011) assume que as remessas correspondem à soma das remessas dos trabalhadores às suas compensações e às transferências dos migrantes e recorre às distinções acima explicitadas.

Em termos práticos, as remessas são fluxos interpessoais direccionados para as necessidades das pessoas que as recebem, que frequentemente são pobres. Estes fluxos não são afectados por distúrbios governamentais, que podem estar associados, por exemplo, aos fluxos de ajuda externa (Ratha e Mohapatra, 2007; Ratha, 2007).

2.1.2. Causas da emigração

Solimano (2003) resumiu os factores que podem levar um indivíduo a optar pela emigração, chamando-lhes micro-motivos da emigração. O autor identificou quatro principais razões: o motivo altruísta, o motivo de interesse próprio, o contrato familiar implícito de reembolso e o contrato familiar implícito de seguro.

De acordo com o motivo altruísta, o migrante preocupa-se com o bem-estar da família que fica no país de origem e envia remessas para satisfação das necessidades dos que ficam. Normalmente, os migrantes têm níveis de educação superiores aos dos membros que não migram e, como vão para países com rendimentos superiores, espera-se que o seu nível de rendimento depois de ter um trabalho aumente comparativamente com os trabalhadores do país de origem. O envio de remessas tende a diminuir com o passar do tempo: as ligações à família diminuem à medida que o migrante está fora mais tempo ou então o migrante pode acabar por ficar no país de destino permanentemente e levar a família.

Quando a motivação para a emigração é o interesse próprio do emigrante, este tende a poupar durante a experiência de emigração para depois decidir como (tipo de activos) e onde (país) vai acumular riqueza, sendo que a escolha mais óbvia é comprar propriedades ou activos financeiros no seu país de origem. Neste caso, a família assume-se como administradora durante o período da emigração, uma vez que é um agente de confiança.

De acordo com o motivo do reembolso à família, existe um contrato implícito e intertemporal entre a família e o migrante: a família investe na educação do migrante e normalmente financia os custos da sua migração (empréstimo), surgindo o reembolso quando o emigrante se instala no país de destino e a sua riqueza começa a aumentar, conseguindo condições que lhe permitem pagar o empréstimo na forma de remessas.

O modelo de Solimano (2003) defende que, quanto mais rápido o emigrante se instalar no mercado de trabalho do país de destino, mais rapidamente começa a enviar remessas, sendo que o valor destas depende do nível de rendimentos do emigrante no país de destino e pode não diminuir ao longo do tempo.

Já o motivo do contrato familiar implícito por via do seguro implica a noção de

diversificação do risco, ou seja, assumindo que os riscos económicos entre o país de origem e o de destino não estão positivamente correlacionados (o que nem sempre sucede), a estratégia mais conveniente para a família como um todo é enviar alguém para fora para que esse elemento possa ajudar o resto da família nas alturas economicamente conturbadas. Da mesma forma, a família que fica no país de origem é também uma espécie de seguro para o emigrante, na medida em que o protegerá, caso tenha dificuldades no país de destino. Neste caso, a emigração assume-se como uma estratégia de seguro, que se materializa nas remessas.

Oglethorpe et al. (2007), por seu lado, elencaram os vários factores de atracção (*pull factors*) e de repulsão (*push factors*), destacando que “os factores que influenciam o desejo das pessoas migrarem são tanto económicos (oportunidades de emprego) como não económicos (segurança)”.

A capacidade para emigrar é afectada pela distância entre a origem e os potenciais destinos (que, por sua vez, influencia os custos da emigração), bem como pelas comunicações e ligações de transporte, pelos níveis de educação (que interferem no acesso à informação) e pelas políticas nacionais (Massey et al., 1993).

Uma vez processada a emigração, a parte da família que ficou no país de origem pode eventualmente juntar-se aos que partiram primeiro (Massey, 1990), embora alguns indivíduos possam ser menos capazes de o fazer, seja por ligações emocionais a casa, à família, aos amigos ou à comunidade (Lee, 1996).

Quanto aos factores de repulsão, Oglethorpe et al. (2007) entendem que estes são sobretudo de natureza económica, embora possam também ter uma motivação ambiental, sócio-cultural, política ou simplesmente demográfica, sendo que “normalmente são complexos e interligados”. Entre os factores de repulsão, o autor aponta os seguintes: acesso escasso ou inadequado a terras e recursos, falta de oportunidades de emprego, pobreza, pressão populacional elevada, degradação elevada do ambiente (conducente a uma perda de produtividade dos solos), desastres naturais e conflitos civis.

No que se refere aos factores de atracção, Oglethorpe et al. (2007) dizem que estes “definem para onde vão os migrantes à procura de satisfazer as suas necessidades”, destacando nomeadamente o acesso a terra e a recursos naturais, a existência (ou a expectativa) de oportunidades de emprego, o acesso aos mercados, o acesso a infra-

estruturas e serviços, como a segurança social e os transportes, a segurança e ainda a reunificação familiar.

2.1.3. Efeitos da emigração

Na literatura, é relativamente consensual a ideia de que as remessas têm um impacto positivo no desenvolvimento social e económico das sociedades de origem dos migrantes, mas o mesmo não se verifica no caso do impacto destas no crescimento económico e no emprego (Banco Mundial, 2006).

Importa aqui distinguir os conceitos de crescimento e desenvolvimento económicos, noções que são frequentemente usadas como sinónimos, mas que a literatura tem vindo a diferenciar. Regra geral, a expressão 'desenvolvimento económico' refere-se aos países e regiões em desenvolvimento, enquanto a expressão 'crescimento económico' diz respeito às economias desenvolvidas.

Ou seja, por 'crescimento económico' entende-se apenas o aumento do produto *per capita* e o conceito de 'desenvolvimento económico' inclui também os factores que conduzem ao aumento sustentado do produto da economia em termos de bens e serviços (capital humano e recursos naturais, por exemplo). Neste sentido, podemos afirmar que é possível haver crescimento sem desenvolvimento mas o inverso não acontece, uma vez que o crescimento é medido através do aumento contabilístico do produto, ao passo que o desenvolvimento é um conceito multidimensional.

Solimano (2003) concluiu que as remessas têm um impacto positivo no desenvolvimento dos países de origem, que pode ser decomposto em efeitos na poupança, no investimento, no crescimento económico, no consumo, na pobreza e na distribuição do rendimento. Léon-Ledesma e Piracha (2004) apuraram que, no caso da Europa de Leste, o impacto das remessas no desemprego está dependente do seu efeito na produtividade e no investimento, concluindo que “as remessas têm um impacto positivo na produtividade e no emprego tanto directa como indirectamente, através dos seus efeitos no investimento”.

Ratha (2007), por seu lado, estudou o impacto das remessas no desenvolvimento de alguns países, verificando que as remessas recebidas no México, no Egipto e na África Subsariana financiaram a construção de escolas, clínicas médicas e outras infra-estruturas, ao mesmo tempo que trouxeram capital que ajudou a financiar projectos de investimento.

Bendixen and Associates (2003), por seu lado, concluíram que, no Equador, cerca de 60 por cento das remessas servem para comprar comida, medicamentos, rendas de casa e outros bens de primeira necessidade e que menos de 5 por cento das remessas são usadas para comprar propriedades, o que comprova o impacto destes fluxos de capital no consumo das famílias receptoras.

Dados para o ano de 1971 (Glytsos, 1993) demonstram que os efeitos directos e indirectos das remessas no caso da Grécia apresentam “benefícios consideráveis e muito poucos custos”, uma vez que o padrão de consumo dos que recebem as remessas melhora drasticamente à medida que aumenta o nível de vida das áreas com muita emigração e que a população passa a adoptar consumos típicos de meios urbanos. Destacando que as remessas não implicavam, no início da década de 1970, um fardo para a balança de pagamentos grega, o autor conclui, pelo contrário, que estas contribuem positivamente para o crescimento económico, para a criação de emprego e para a formação de capital. Glytsos (1993) apura que, 62,6 por cento das remessas recebidas pela Grécia eram gastas em consumo, 22,3 por cento em habitação, 7,2 por cento na compra de terras agrícolas e 4,0 por cento era canalizada para investimentos comerciais, no ano de 1971.

Já Solimano (2003) afirma que os efeitos combinados das remessas no investimento e no consumo podem aumentar o produto e o crescimento económico, embora reconheça que a sustentabilidade deste conceito é discutível. Se as remessas forem uma resposta da migração recente, podem ser transitórias e os seus efeitos no investimento, no consumo e no crescimento serão temporários; mas, se os migrantes formarem associações e se o seu compromisso com o país de origem se institucionalizar, então os impactos das remessas no desenvolvimento tendem a ser mais permanentes.

No curto prazo, os efeitos nos países de origem são essencialmente positivos: nos países com um sistema financeiro subdesenvolvido, as remessas podem compensar as restrições ao crédito; aumentar os níveis de rendimento *per capita*, impulsionando o consumo; reduzir a pobreza e diminuir os níveis de desigualdade (Ratha e Mohapatra, 2007 e Ratha, 2007).

No entanto, é importante ter em mente que estes efeitos das remessas dependem, entre outras variáveis, dos níveis de produtividade do migrante no país de origem antes de partir e do ciclo de vida do processo de migração. Ou seja, se o trabalhador for pouco

qualificado e pouco produtivo no seu país, o efeito das remessas enviadas será menor; do mesmo modo que, nos países com rendimentos *per capita* crescentes, os diferenciais de rendimento entre os países tenderão a diminuir, o que reduz o impacto das remessas ou mesmo o incentivo à emigração (Solimano, 2003).

Outros estudos questionam também o efeito real das remessas nos países receptores e apontam que estas têm impactos potencialmente adversos, na medida em que desincentivam a poupança doméstica e beneficiam o consumo privado de produtos importados, o que pode prejudicar a competitividade e aumentar os défices comerciais dos países de origem dos migrantes (Kireyev, 2006).

A apreciação da moeda do país receptor é outro efeito negativo normalmente apontado, conhecido como 'doença holandesa'. Alguns autores acreditam que fluxos elevados de remessas podem aumentar o preço internacional das exportações tradicionais, penalizando a competitividade externa (Solimano, 2003; De Haas, 2007; Ratha, 2007; Ratha e Mohapatra, 2007; Peixoto e Fonseca, 2008). No entanto, De Haas (2007) afirma que é escassa a evidência empírica que corrobore esta ideia.

O Banco Mundial (2006), por seu lado, considera que é menos provável que a 'doença holandesa' ocorra com as remessas do que com os *booms* de recursos naturais, porque as remessas são distribuídas de uma forma mais ampla e porque estão menos expostas a constrangimentos institucionais do que os recursos naturais.

Um outro efeito negativo associado ao envio sistemático e consistente de remessas é aquilo a que Solimano (2003) chamou a 'cultura da dependência' (*moral hazard*): se é verdade que a emigração surge como resposta à pobreza e pretende melhorar a condição de vida do migrante e dos seus familiares que não emigram, é também real o perigo de estes últimos sentirem que não é preciso melhorar a sua condição, através da educação e do trabalho, ficando simplesmente à espera das remessas.

De referir ainda que a importância relativa das remessas deverá diminuir à medida que o país se desenvolve mais, o que é válido sobretudo para as remessas dos migrantes pouco qualificados. No caso dos migrantes altamente qualificados, é provável que os fluxos de migração continuem elevados nos países de altos rendimentos, o que já se verifica entre os países da União Europeia (UE) ou entre a UE e os Estados Unidos da América (Solimano, 2003).

Quanto aos efeitos de longo prazo das remessas no crescimento, Ratha (2007) considera que estes são inconclusivos. O autor diz que, “na medida em que as remessas financiam a educação e a saúde e aumentam o investimento, podem ter um efeito positivo no crescimento económico”, além de que, “nas economias em que o sistema financeiro é subdesenvolvido, as remessas podem aliviar as restrições de crédito e agir como substitutas para o desenvolvimento financeiro”.

No entanto, alerta, “grandes fluxos de saída de trabalhadores (sobretudo os muito qualificados) podem reduzir o crescimento nos países de origem”, ao mesmo tempo que o envio de remessas pode “induzir as famílias receptoras a optarem pelo lazer em vez do trabalho”, o que teria efeitos adversos no crescimento. Pelo acima exposto, a literatura conclui que os efeitos das remessas no crescimento de longo prazo são mistos.

De Haas (2007) sublinha que estes efeitos aparentemente contraditórios não são conflituosos ao nível teórico e cita Russell (1995), que conclui que os efeitos das remessas no desenvolvimento nacional só se verificam no longo prazo, e Eckstein (2004), que refere que estes efeitos são distintos entre os países e dependem das relações sociais e das estruturas económicas das sociedades.

“Can remittances alone trigger economic growth? Probably not! Although remittances play an increasingly vital role in securing and actually improving the livelihoods of millions of people in the developing world, it would be naive to expect that remittances alone could solve more structural development obstacles such as an unstable political environment, misguided macroeconomic politics, lack of security, bureaucracy, corruption or deficient infrastructure.”

De Haas (2007)

Esta citação resume bem aquilo que os vários quadrantes da literatura científica sobre remessas e o seu impacto no desenvolvimento dos países têm apontado: os fluxos de remessas têm um efeito potencialmente positivo sobre o crescimento e sobre o desenvolvimento das sociedades receptoras, mas esse efeito está dependente de vários factores, como a produtividade do migrante no país de destino, e tem riscos associados.

2.1.4. Tendências e factos

Embora não seja consensual na literatura consultada, a ideia de que as remessas estão associadas ao desenvolvimento dos países de origem é maioritária. Ou seja, os autores que têm estudado as remessas e o seu impacto nas sociedades e nos migrantes (e suas famílias) tendem a concluir que há uma relação positiva daquelas sobre estes, embora haja casos cujas conclusões apontam no sentido inverso.

Ratha e Mohapatra (2007), Ratha (2007), Peixoto e Fonseca (2008) apontaram que as remessas são normalmente fluxos estáveis e mesmo contra-cíclicos, ou seja, tendem a não flutuar muito ao longo do tempo e tendem a aumentar em períodos de contracção económica (independentemente dos motivos associados). De facto, os emigrantes enviam mais fundos em alturas conturbadas para ajudar as suas famílias no país de origem, pelo que as remessas “suavizam o consumo e contribuem para a estabilidade das economias receptoras, compensando as perdas cambiais decorrentes de choques macroeconómicos” (Ratha e Mohapatra, 2007).

Os autores concluíram que as remessas são uma fonte de financiamento importante para os países em desenvolvimento, apurando que “as remessas mais do que duplicaram o nível dos fluxos de assistência de desenvolvimento oficial para os países em desenvolvimento em 2007” e, “em muitos países pobres, são a maior fonte de financiamento externo”. No caso dos países pobres, estes recebem relativamente mais remessas: o valor das remessas em percentagem do PIB correspondeu a 3,6 por cento nos países de baixo rendimento, em 2006, proporção que foi apenas de 1,7 por cento nos países de rendimento médio.

Na verdade, as remessas reduzem a pobreza entre as famílias que as recebem no país de origem do migrante, na medida em que afectam a pobreza e o bem-estar através de efeitos multiplicadores indirectos e de efeitos macroeconómicos (Ratha e Mohapatra, 2007; Ratha, 2007). Adams e Page (2006) apuraram que um aumento de 10 por cento nas remessas *per capita* oficiais pode gerar um decréscimo de 3,5 por cento na proporção de pessoas pobres.

No entanto, há ainda que considerar as perdas que o migrante pode enfrentar ao longo da experiência de migração (nomeadamente, perder o emprego no país de destino),

as quais terão um efeito menor entre as pessoas pobres ou desempregadas, mas maior entre as classes de médio e alto rendimento (Ratha e Mohapatra, 2007; Ratha, 2007).

Os autores apontam o impacto das remessas na educação, no empreendedorismo e na saúde, na medida em que aquelas aumentam o investimento das famílias receptoras nestas áreas: em El Salvador e no Sri Lanka, as crianças de famílias que recebem remessas têm menor probabilidade de desistir da escola do que as restantes. O impacto das remessas no investimento para a formação de pequenas empresas foi também estudado por Woodruff e Zenteno (2001), que concluíram que as remessas enviadas dos Estados Unidos da América para o México representaram cerca de um quinto do capital investido em empresas nas cidades daquele país. Portanto, de um modo geral, podemos afirmar que os autores citados enfatizam os efeitos indirectos das remessas sobre o crescimento económico, que tende a ser positivo, embora seja dificilmente mensurável.

2.1.5. Políticas

Entre a literatura estudada, é consensual a ideia de que é necessário reduzir os custos da emigração (para o migrante), bem como aumentar a competitividade nos mercados internacionais de transferências, por forma a reduzir os custos do envio das remessas.

A OIM (2004) considera que há três dimensões a ter em conta quando se olha para as vantagens e custos da decisão de emigrar: a dimensão humana, a dimensão sócio-cultural e a dimensão económica.

Quanto à dimensão humana, a OIM (2004) aponta como custos o esforço de adaptação a um novo país, a dificuldade de separação da família e dos amigos, custos que são mais elevados quando o padrão de migração é irregular. Também o tráfico e o contrabando geram situações de exploração e de vulnerabilidade, o que é especialmente problemático nos casos em que “a migração ocorre fora do conhecimento e do controlo do governo”. A OIM (2004) aponta ainda os direitos humanos como uma consequência de elevado custo da migração irregular.

No que se refere à dimensão sócio-cultural, a OIM (2004) afirma que “os migrantes podem construir pontes inter-culturais e capital social inter-fronteiras à medida que se movimentam entre a sua cultura de origem e a da sua nova casa”. Na verdade, “aumentar a

diversidade cultural pode estimular o empreendedorismo, a experimentação na indústria, a criatividade nas artes e na literatura, o sucesso no desporto, a inovação na cozinha”. No entanto, daqui decorrem (ou podem decorrer) algumas tensões sociais, em resultado das diferentes expectativas das sociedades, como a marginalização dos migrantes no país de destino. “A menos que as políticas de integração do governo sejam cuidadosamente desenvolvidas”, prossegue a OIM (2004), os migrantes que estejam incluídos em sociedades que praticam exclusivamente as suas tradições e hábitos culturais podem ficar votados ao isolamento.

Quanto à dimensão económica, a OIM (2004) refere que as teorias económicas das migrações sugerem que a migração é potencialmente benéfica para todas as partes envolvidas: os países de origem enviam o excesso da sua força de trabalho e beneficiam das remessas enviadas pelos seus emigrantes e dos investimentos que fazem no país de origem; os países de destino conseguem satisfazer as necessidades do mercado através dos migrantes e manter ou melhorar os seus níveis de produtividade e os migrantes beneficiam também de rendimentos maiores e de melhores condições laborais.

No entanto, existem perdas económicas decorrentes da migração, caso o fenómeno não seja efectivamente gerido: os países de origem podem registar uma perda real com a emigração de profissionais qualificados; os países de destino podem ver a sua taxa de desemprego aumentar se os migrantes competirem sucessivamente com a força laboral doméstica; e podem ainda registar-se aumentos nas despesas de saúde, educação e protecção social dos países de destino (OIM, 2004).

“While migrants often pay taxes and generate revenue, displacement of local workers, downward pressure on wages, strains on physical infrastructure and public services, including housing, transport systems, schools and medical services, security concerns and concerns regarding social cohesion and stability are some of the frequently-cited potential costs associated with migration.”

OIM (2004)

Ainda assim, “em termos agregados, os migrantes raramente tiram os empregos aos nacionais e a migração tem impactos negativos mínimos ao nível dos salários”, conclui a OIM (2004).

O impacto das remessas é também um aspecto a considerar quando se estudam as

vantagens e os custos da emigração: sendo um fluxo financeiro que vai directamente para as famílias dos migrantes que ficam no país de origem, as remessas são por vezes criticadas pelo facto de afectarem em primeira instância o consumo, em vez de contribuírem para o investimento local e para o crescimento e desenvolvimento sustentável de longo prazo (OIM, 2004).

Solimano (2003) identifica algumas políticas no sentido de responder a estas necessidades e de agilizar o mercado das remessas tanto para os países de origem dos emigrantes como para os países de destino.

No caso dos países de origem, o autor sugere a formalização do estatuto legal do migrante, de modo a permitir o seu acesso a serviços bancários; diminuir o custo de obtenção de licença para novos operadores de transferências monetárias, tornando o processo mais barato e eficiente; agilizar o processo de atribuição de visas de residência e/ou cidadania e evitar períodos longos para a obtenção destes documentos, o que iria diminuir a emigração irregular; e encorajar os bancos domésticos a desenvolverem novos produtos para captar as remessas dos emigrantes (“bancos dos migrantes”).

Para os países de destino, Solimano (2003) recomenda que os governos e instituições financeiras emitam obrigações destinadas aos emigrantes, criando um instrumento atractivo que capte as remessas destes, que ganhariam assim uma taxa de juro; que os bancos domésticos ofereçam contas a câmbios estrangeiros para os migrantes isentos de taxas e outras regulações; que sejam desenvolvidas alianças entre os bancos domésticos dos países de destino e os bancos e operadores de transferências monetárias dos países de origem para aumentar a eficiência do processo e reduzir o custo do mercado das remessas. Em Portugal, há já alguns bancos que oferecem condições especiais aos emigrantes portugueses por forma a atrair o envio de remessas para Portugal, como é o caso do Montepio e do BES, por exemplo.

Kapur (2004), por seu lado, defende que os países receptores de remessas devem tentar desenvolver esforços para controlar melhor a magnitude e as fontes dos fluxos de remessas enviadas. Desta forma, haveria mais informação sobre as remessas, o que permitiria fazer análises cruzadas à semelhança do que já se verifica no caso dos fluxos comerciais. Os países receptores de remessas devem ainda, prossegue o autor, criar um mapa das suas comunidades no mundo, permitindo aos intermediários financeiros

identificar melhor estas mesmas comunidades. Tanto quanto foi possível perceber através da pesquisa realizada para esta investigação, até ao momento, a única informação de que Portugal dispõe relativamente às remessas é recolhida pela Banco de Portugal, que calcula o valor das transferências recebidas e enviadas.

Também a criação de redes de intermediários financeiros (como bancos) em países que recebem muitas remessas teria um impacto positivo na produtividade de longo prazo das remessas em termos económicos. Ketkar e Ratha (2001) afirmam que os países com amplos fluxos de remessas através de vias informais devem subsidiar os custos intermédios formalmente e mesmo oferecer incentivos (criar seguros de vida ou facilitar o acesso ao crédito à habitação).

De referir ainda a necessidade de os governos cujos países recebem muitas remessas canalizarem esses fluxos para investimentos produtivos (e não apenas para consumo). Kapur (2004) considera que a melhor maneira de o fazer é desenvolver um ambiente económico de incentivo ao investimento, através de sistemas fiscais competitivos.

O autor refere ainda o caso da Somália para evidenciar dois aspectos importantes: por um lado, o facto de as remessas serem muito provavelmente canalizadas para financiar o terrorismo, guerras civis e revoltas de libertação e, por outro lado, a necessidade da criação de um sistema internacional de transferências monetárias que funcione efectivamente, o que é sobretudo relevante para os países cujo Estado colapsou. No caso da Somália, aponta o autor, o sistema de transferências monetárias não cumpre os padrões internacionais, além de não existirem mecanismos que permitam identificar as transacções suspeitas e os esquemas de lavagem de dinheiro.

Tendo isto em conta, Kapur (2004) defende que “os esforços internacionais vão ser mais significativos se forem direccionados para construir uma arquitectura financeira em vez de implementarem instrumentos pouco transparentes de sanções”, por forma a reduzir os custos das transacções intermediárias e a aumentar a transparência de todo o processo. O autor defende ainda que a comunidade internacional teria mais sucesso se implementasse um sistema electrónico de registo de transferências monetárias, para, assim, facilitar a transferência de remessas. Ao mesmo tempo, sendo este mecanismo controlado por uma organização internacional, teria capacidade para baixar os custos de transferências e

umentar a clareza do processo. Kapur (2004) advoga mesmo que os subsídios públicos para tais esforços seriam muito provavelmente mais baixos do que os elevados custos das políticas em curso, bem como dos custos de transacção.

Os correios também podem ter um papel fundamental na agilização dos mercados internacionais das remessas, já que são o canal distribuidor mais amplo a nível global. Kapur (2004) afirma que a ligação dos serviços de correio em todo o mundo iria facilitar as transferências postais internacionais.

2.2. Emigração portuguesa

A emigração é um fenómeno permanente e consistente na sociedade portuguesa desde há séculos. Actualmente, estima-se que sejam 2,3 milhões os portugueses emigrados no mundo, valor que dispara para os cerca de cinco milhões se forem considerados os descendentes de portugueses já nascidos no estrangeiro (Pires et al., 2010). No entanto, os fluxos migratórios portugueses apresentam um comportamento temporário e variável ao longo do tempo, características já apontadas por vários autores.

“Em Portugal, a emigração é um fenómeno permanente desde há alguns séculos, mas as correntes migratórias que a constituem são temporárias e apresentam características específicas.”

Baganha (1994)

“A saída de portugueses do 'reino' com destino às terras descobertas pelos nossos navegantes, registada desde a época dos Descobrimentos, comprova a antiguidade e a longa evolução deste fenómeno iniciado no começo do século XV.”

Arroteia (2001)

“Portugal é, por tradição, um país caracterizado pela circulação de pessoas de origens diversas. As entradas, saídas e permanências têm oscilado em função da época histórica e do contexto internacional vivido.”

Malheiros (2011)

Apesar de haver já um amplo estudo sobre os fluxos de imigração em Portugal, é notório que, comparativamente e para os anos mais recentes, o mesmo não se verifica para

o caso da emigração. Aliás, estudos existentes sobre a temática das migrações apontam como dificuldade a escassez de dados oficiais sobre a emigração portuguesa recente (Rovisco, 2001; Faustino et al, 2009, Peixoto e Sabino, 2009). Malheiros (2011) diz mesmo que, “durante cerca de 15 anos, entre inícios da década de 1990 e meados do presente decénio, a emigração portuguesa adquiriu um estatuto de quase invisibilidade” tanto no discurso político como na análise académica.

Esta mesma realidade é confirmada pelo desaparecimento dos meios de recolha de dados estatísticos relativos aos fluxos de saída de pessoas do país: o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, do INE, deixou de ser publicados em 2003 e os Censos praticamente excluem a emigração. O Anuário Estatístico de Portugal 2009 (INE, 2010), apesar de referir a população imigrante em Portugal, não inclui informações sobre a população de cidadania portuguesa residente no estrangeiro.

Nesta parte do trabalho vamos enunciar as fontes estatísticas que disponibilizam informação sobre a emigração portuguesa, bem como as suas limitações e, posteriormente, apresentamos as causas frequentemente apontadas para a emigração portuguesa e sumariamos os ciclos que compõem a emigração portuguesa, bem como os fluxos desses mesmos ciclos. Seguidamente, enunciamos as características mais marcantes da emigração nacional para, finalmente, apresentarmos alguns resultados de estudos anteriores sobre o impacto económico da emigração.

2.2.1. Causas e ciclos

Arroteia (2001) evidencia que o aumento das migrações na Europa após a II Guerra Mundial se deveu ao processo de desenvolvimento, reconstrução e mudança social que se verificou no Velho Continente. O autor refere ainda que o movimento migratório europeu deste período demonstrou “o contraste norte-sul e a dependência dos países da periferia, em particular dos países mediterrânicos, face ao poder económico dos países mais industrializados do ocidente europeu”.

No caso de Portugal, Serrão (1972) define a emigração como “uma espécie de válvula de segurança” da sociedade, sendo, por isso, a situação económica dos países e o desenvolvimento das regiões os factores determinantes na opção de emigrar. Rocha-Trindade (1973), por seu lado, aponta aspectos de natureza económica, nomeadamente “a

impossibilidade de sobreviver, a impossibilidade de realizar investimentos permitindo melhorar as condições de vida própria e da sua família”. Arroteia (1983) entende que na origem da emigração nacional estão “os modelos de desenvolvimento postos em prática (que) não têm permitido atenuar os desequilíbrios existentes no território português”.

A evolução dos fluxos emigratórios depende também das condições locais (*pull factors*), bem como das condições de atractividade (*push factors*) dos países de destino, que oferecem melhores oportunidades de emprego e de rendimento (Arroteia, 2001).

Pires et al. (2010), na caracterização da emigração entre 1850 e 1975, apontam como principais motivações o atraso no processo de modernização económica, as dificuldades na obtenção de emprego, o próprio subemprego, os baixos níveis de rendimento tanto nos sectores tradicionais como nos mais modernos, a pobreza, a reduzida qualificação do trabalho, as dificuldades de mobilidade social e profissional e a debilidade das infra-estruturas. Os autores identificam ainda outros factores que impulsionaram o fluxo emigratório: “a actividade de redes migratórias, o apelo do mercado de trabalho receptor, a informação que circulava devido à existência de anteriores emigrantes que comunicavam oportunidades de emprego e diminuían os riscos e receios da emigração, facilitando a integração no destino”.

Para a década de 1980, Peixoto (1993) identificou como causas da emigração “melhores condições de vida no destino, dificuldades de emprego na origem, melhor satisfação dos percursos de mobilidade social com recurso à transposição da fronteira geográfica”, o que comprova o carácter económico dos fluxos emigratórios. O ciclo económico expansionista na segunda metade da década de 1980, à escala mundial, a existência de “redes de solidariedade” que facilitaram a integração do emigrante e a “maior aceitação da população portuguesa” são também causas que o autor considerou relevantes.

Malheiros (2011) afirma que, na segunda metade dos anos 2000, o volume de saídas anuais se terá cifrado nos 70.000, um número que considera ser elevado. No entanto, o autor alerta que estes dados devem ser encarados tendo em conta duas diferenças face ao movimento emigratório português das décadas de 1960 e 1970. Por um lado, a mobilidade dentro dos limites da União Europeia ampliou-se significativamente (a maioria dos fluxos de saída ocorrem dentro deste espaço) e, por outro, a emigração temporária aumentou e passou a ser mais representativa do que a permanente, facto que será detalhado no ponto

2.2.2. Estes dois factores demonstram que “os portugueses continuam a utilizar o espaço europeu como destino emigratório e, sobretudo, como espaço de movimento laboral, tendo este processo sofrido um incremento nos últimos anos” (Malheiros, 2011).

Vários autores (Baganha, 1994; Arroteia, 2001; Peixoto, 1993 e Pires et al., 2010) identificaram dois ciclos migratórios distintos na história da emigração portuguesa: um primeiro desde meados do século XIX até aos anos 1950, que é transatlântico, com predominância significativa do Brasil como país de destino dos emigrantes portugueses, e um segundo, que se inicia após a II Guerra Mundial e que se intensifica a partir de 1960, que é intra-europeu, sendo França o principal destino.

Pires et al. (2010) defendem que os países de destino preferenciais dos emigrantes portugueses nos dois ciclos se inserem nos movimentos de trabalho internacionais que ocorreram em cada época:

“Os destinos preferenciais da emigração portuguesa evidenciaram a sua inserção nos grandes movimentos de trabalho que, em cada período, tiveram lugar: o primeiro ciclo corresponde ao grande movimento que levou muitos europeus às Américas; o segundo equivale à transferência de mão-de-obra no interior da Europa, numa deslocação do Sul periférico para o Norte industrializado”.

Pires et al. (2010)

Peixoto (1993) afirma que a emigração laboral ou económica – como é o caso da portuguesa – tem dois ciclos: um primeiro composto por fluxos de indivíduos e um segundo de reunificação familiar. No caso de Portugal, diz o autor, a viragem do primeiro para o segundo ciclos deu-se nos anos 1970 para os emigrantes que optaram por destinos europeus e no início dos anos 1990 para os que foram para a Suíça. Peixoto (1993) refere ainda que “após o esgotamento da migração familiar deverá seguir-se – a haver condições para tal – um novo fluxo de trabalho”, situação que estará a ocorrer actualmente.

Arroteia (2001) explica a quebra entre os dois ciclos económicos com as perdas decorrentes da I Guerra Mundial e com a crise económica que antecedeu a II Grande Guerra, que levaram a uma diminuição do movimento emigratório português. O autor refere que este fluxo voltou a restabelecer-se a partir da segunda metade do século XX, assistindo-se ao aumento da emigração para outros países da Europa.

Na passagem entre os dois ciclos migratórios, assistiu-se a uma alteração ao nível da composição dos fluxos: passou-se a uma emigração composta essencialmente por trabalhadores para uma emigração constituída por familiares de emigrantes entre 1978 e 1985, sendo que nos últimos anos se regressou ao padrão da migração de trabalhadores (Baganha, 1994).

Dados compilados por Baganha (1994) indicam que, entre 1900 e 1988, cerca de 3,5 milhões de portugueses emigraram, 25 por cento deles de forma ilegal. O período entre 1950 e 1988 foi aquele que se destacou com o maior fluxo: 61 por cento das saídas de todo o período ocorreu neste espaço de tempo.

De referir ainda que, entre 1966 e 1973, o fluxo migratório foi particularmente intenso, com 48 por cento do total a concentrar-se nestes sete anos. No período de 1992 a 2003, o mais recente para o qual a Pordata¹ disponibiliza informação, saíram do país 334.741 pessoas. Reconhecendo que não há dados actuais relativamente aos fluxos emigratórios portugueses, Malheiros (2011), aponta para as 70.000 saídas anuais na segunda metade da década de 2000, um valor que coincide com as estimativas mais recentes da OCDE (2012).

2.2.2. Perfil e impacto económico

Composição do fluxo emigratório

Até 1985, o fluxo emigratório português era essencialmente constituído por emigrantes permanentes, mas, no final da década de 1980, passou a ser predominantemente composto por emigrantes temporários (Peixoto, 1993 e 2004; Malheiros, 2011).

Peixoto (2004) confirma o decréscimo da emigração permanente, que dá lugar a um aumento significativo da emigração temporária, evolução que “é apenas perturbada por um ligeiro aumento na viragem para os anos 1980 (...) e por um acréscimo a partir de 2000”. Desta forma, atesta o autor, assiste-se a um aumento dos emigrantes temporários desde 1976: de quase 9.000 emigrantes temporários no final da década de 1980 passou-se para os

¹ A Pordata é uma base de dados criada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos disponível *online* em www.pordata.pt

20.000 desde 1992, tendo chegado aos quase 30.000 em 1997.

A análise da emigração total (permanente e temporária) permite concluir que “os anos 1990 são claramente mais migratórios do que o final da década de 1970 e os anos 1980”, sendo que “a maioria da nova emigração foi temporária” (Peixoto, 2004).

No entanto, importa referir que a migração temporária pode ser um conceito pouco preciso, na medida em que pode não corresponder exactamente ao que formalmente se entende por migração temporária. Por exemplo, um emigrante pode estar, por hipótese, três anos no mesmo país de destino, mas sempre com visto de apenas um ano, renovável ao fim desse período. Este tipo de situações são contabilizadas como temporárias, quando, na verdade, se trata de emigração permanente. Do mesmo modo, uma pessoa que vá para um país de destino com um visto de cinco anos pode não ficar todo o período nesse mesmo país e, se sair antes de completar um ano, é um caso de emigração temporária, embora seja registado como emigração permanente. Desta forma, o aumento da emigração de tipo temporário pode apenas ser um indicador de que estão a aumentar o número de entradas de portugueses noutros países (e, portanto, saídas de Portugal) e não de que se regista um acréscimo de pessoas que saem de Portugal por um período até um ano.

Malheiros (2011), por seu lado, aponta a década de 2000 como aquela em que as fontes de informação disponíveis indicam um “reforço no número de saídas, no contexto de um processo que conjuga a activação de novos destinos (e.g. Reino Unido e Espanha, com mais intensidade entre finais do decénio passado e 2007; Angola nos últimos três anos) com a reanimação de redes migratórias preexistentes, como as do Luxemburgo ou da Suíça”.

Baganha (1994, 2003), Peixoto (2004) e Arroiteia (2001) referem que a emigração portuguesa foi, ao longo dos tempos, sobretudo composta por homens em idade activa, o que, de acordo com Peixoto (2004), denuncia a natureza eminentemente económica da emigração nacional. No entanto, Malheiros (2011) refere que, ainda que a representação masculina seja predominante entre os emigrantes portugueses, a presença das mulheres é crescente: segundo dados do INE de 2008, as mulheres ultrapassavam já os 40 por cento da população emigrante.

Países de destino

Numa análise por países de destino, Baganha (1994) apurou que, até aos anos 1960, mais de 80 por cento dos emigrantes foi para as Américas, sendo o Brasil o país que mais portugueses atraiu em todos os anos, tendência também confirmada por Arroiteia (2001), Peixoto (2004) e Pires et al. (2010). Entre 1950 e 1988, 59 por cento dos emigrantes portugueses foram para França e para a Alemanha e 30 por cento optaram pelo Brasil, pelos Estados Unidos e pelo Canadá (Baganha, 1994).

Pires et al. (2010), que caracterizaram a emigração desde 1850 até 1975, explicam a opção pelo Brasil como principal destino da emigração portuguesa com a afinidade histórica e com a proximidade linguística, bem como com o “conhecimento difuso deste país, a possibilidade de prosperidade económica de que se falava em Portugal e, sobretudo, uma rede de conhecimentos que unia os que tinham emigrado, os que permaneciam em Portugal e os que retornavam ao Brasil”.

Os autores destacam ainda a emigração transatlântica para os Estados Unidos e outras Américas, sublinhando que, até à década de 1920, os Estados Unidos foram, a nível internacional, o país que mais emigrantes atraiu: receberam mais de oito milhões de emigrantes na primeira metade do século XX, sobretudo europeus, sendo que o fluxo migratório português era essencialmente proveniente dos Açores e da Madeira. O Canadá assume-se posteriormente como destino de emigração portuguesa e, na América do Sul, são primeiro a Argentina e depois a Venezuela os destinos preferenciais dos portugueses.

Após a II Guerra Mundial e sobretudo a partir dos anos 1960, os fluxos emigratórios portugueses direccionaram-se para a Europa, essencialmente para França, que ocupa o lugar que era do Brasil (Pires et al., 2010).

“A partir da década de 1960, os portugueses vão substituir numericamente os espanhóis e os italianos no mercado de trabalho francês, nomeadamente na construção e nas obras públicas, nos serviços domésticos, limpeza e porteiros, e na agricultura.”

Pires et al. (2010)

No caso da emigração irregular com destino a França, esta não tinha, no período considerado, grandes dificuldades em entrar no país, que tinha uma política activa de

captação de mão-de-obra e também uma política de legalização dos clandestinos (Pires et al., 2010). O autor refere que, ainda na década de 1960 mas posteriormente, uma parte significativa da emigração portuguesa dirigiu-se para a Alemanha, tratando-se de uma “corrente migratória organizada, centralizada e estreitamente controlada”. Entre 1950 e 1980, 82 por cento dos emigrantes portugueses optaram por França e 18 por cento pela Alemanha (Baganha, 2003).

África ganhou também alguma importância no período entre meados do século XIX e o fim do Estado Novo, correspondendo essencialmente à colonização dos territórios ocupados por Portugal. O auge da emigração para África ocorreu na década de 1950 e até meados do decénio seguinte, sendo o fluxo emigratório português sobretudo composto por homens casados e em idade activa, oriundos dos distritos de Lisboa, Porto, Viseu e Guarda. Angola e Moçambique foram os principais destinos dentro do espaço colonial: para o primeiro iam emigrantes ligados aos serviços e à administração pública e para o segundo também trabalhadores ligados ao sector primário (Pires et al, 2010).

Arroteia (2001), citando dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, concluiu que a América do Sul era, em 1997, o continente preferencial dos emigrantes nacionais (31,9 por cento), seguindo-se a Europa (29,5 por cento) e a América do Norte (21,9 por cento). Numa análise por países e grupos de países, o Brasil acolhia a mesma percentagem de emigrantes portugueses que todos os Estados da União Europeia, 25,9 por cento, respectivamente.

Peixoto e Sabino (2009) referem que, no início da década de 2000, quando se assistiu ao aumento dos fluxos emigratórios portugueses, países europeus como o Reino Unido, a Irlanda, a Holanda e Espanha foram os mais escolhidos. No entanto, apontam os autores, está por apurar se se tratou de uma emigração temporária ou permanente.

Malheiros (2011) refere que o Reino Unido se afirmou como destino preferencial dentro da UE desde a década de 1990 e que Espanha se destacou como segundo destino já na década seguinte.

Quanto aos países tradicionais da emigração portuguesa, a Suíça continua a estar entre os destinos mais escolhidos, tendo também relevância os fluxos para Alemanha, Andorra, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, embora em menor grau. O autor refere ainda que, fora do espaço europeu, Angola é o país que mais se destaca, o que se deve ao “seu

processo de modernização” que atraiu os fluxos de portugueses sobretudo a partir de 2007, altura em que “a crise veio atenuar as saídas para destinos como Espanha”.

Escolarização

Quanto ao nível de instrução, no ano de 2002, três quartos dos emigrantes detinham entre o 1.º e o 3.º ciclos do ensino básico. Numa distinção por tipo de emigração, 31 por cento dos emigrantes permanentes detinham o 1.º ciclo de escolaridade, ao passo que 45 por cento detinham o 2.º ou 3.º ciclos. Já no caso dos emigrantes temporários, 45 por cento tinham concluído o 1.º ciclo e 39 por cento o 2.º ou o 3.º ciclos de instrução escolar (Peixoto, 2004). O autor cruzou estes dados com os Censos 2001 e apurou que os emigrantes apresentam um baixo nível de escolarização, tendo em conta (e apesar da) progressiva qualificação da população.

Pires et al. (2010), por seu lado, referem que, em 2000, 13 por cento dos portugueses com ensino superior optaram pela emigração (cerca de 90.000, em termos absolutos), um valor que, no seio da União Europeia, era apenas ultrapassado pela Irlanda (23 por cento) e pela Eslováquia (14 por cento). Os autores sublinham ainda que, contabilizando os portugueses que concluíram a sua formação no país de destino, a percentagem de emigrantes portugueses com formação superior dispara para os 20 por cento no mesmo ano (cerca de 150.000).

Quanto aos países de destino desta emigração mais qualificada, em 2000, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e França eram os países preferenciais, reunindo mais de 80 por cento dos emigrantes portugueses com instrução superior (Pires et al., 2010). Os autores destacam que “o número de emigrantes com formação superior quase duplicou entre 1990 e 2000, enquanto a emigração total apenas terá crescido 10 por cento”. Portugal surgia, já em 2000, como o terceiro país europeu com maior taxa de emigrantes entre os licenciados, na ordem dos 13 por cento (Pires, 2010), situação que Malheiros (2011) considera ser sintomática do “número cada vez mais significativo de jovens portugueses altamente qualificados (...) que não regressam ao país”.

Malheiros (2011) detecta a existência de dois grupos entre os emigrantes portugueses dos últimos anos: um primeiro grupo mais vulnerável, com baixas

qualificações e que, nos países de destino, ocupa postos de trabalho não qualificados; e um segundo grupo com qualificações médias-baixas e intermédias que, nos países de destino recentes (Reino Unido e Espanha), está alocado aos serviços e, nos países de destino tradicionais (França e Luxemburgo), está integrado sobretudo no sector da construção civil e da indústria transformadora.

Impacto económico

Como referido na literatura científica relativa às remessas e seu impacto no crescimento económico, a emigração pode ter efeitos directos ao nível do rendimento das famílias, do consumo, da poupança e do investimento, por via do envio de remessas dos emigrantes para o seu país de origem.

Baganha (1994) concluiu que, “devido às características profissionais dos migrantes, o crescimento económico dos anos 60 [do século XX] não deve ter sido prejudicado pelas saídas maciças verificadas durante este período, dado que a percentagem de pessoal científico e técnico na população activa era, comparativamente com outros países europeus, demasiado escassa para enquadrar uma força de trabalho industrial superior à existente”.

Mais tarde, em 2003, a autora estudou a influência do Estado Novo no êxodo da população nacional, concluindo que o regime ditatorial português, “não só controlou os fluxos migratórios que estavam a ocorrer, como também usou a emigração em seu próprio proveito”. De facto, diz a autora, a emigração “não prejudicou o crescimento económico durante os anos 1960, uma vez que, comparando com os outros países europeus, a percentagem de pessoal com conhecimentos técnicos e científicos era muito menor”. Desta forma, Portugal trocou um factor produtivo (mão-de-obra) por outro (capital), através das remessas de emigrantes, tirando daí vantagens ao nível do crescimento do produto (Baganha, 2003).

Malheiros (2011), por outro lado, sugere que a emigração das décadas de 1960 e 1970 foi vista como “uma perda económica (em termos de mão-de-obra) e demográfica para o país” para afirmar que, à luz do actual contexto de globalização e integração europeia, “economias pequenas, abertas e periféricas como a portuguesa estão

inevitavelmente sujeitas a posicionar-se enquanto receptoras e emissoras de mão-de-obra”. O autor defende ainda que o impacto da emigração dependerá da forma como esta for tratada na cena política.

“Se a opção passar por disfarçar os fluxos – porque emigração significa atraso, porque é uma evidência do crescimento do desemprego, etc. – (...) então a perda pode ser significativa (...) mas (...) se a emigração ocupar um lugar visível na agenda política (...) assumindo Portugal que há uma importante 'nação móvel' que pode contribuir para o desenvolvimento do país, então os emigrantes poderão constituir-se como uma mais-valia para o difícil processo de recuperação económica e, sobretudo, de recomposição da auto-estima nacional.”

Malheiros (2011)

Já Pires et al. (2010) sublinham que, no passado, as remessas foram “uma importante transferência de recursos” para Portugal, após a grande vaga migratória da década de 1960. No entanto, nos últimos decénios, o seu valor em percentagem do PIB decresceu, embora se tenha mantido estável em valor nominal. De facto, no final da década de 1970, as remessas correspondiam a cerca de 10 por cento do PIB, passando para menos de dois por cento em 2008.

Quanto aos países de origem e de destino das remessas, estes estão muito concentrados: em 2008, 40 por cento das remessas enviadas para Portugal vieram de França e 22 por cento da Suíça, seguindo-se os Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Reino Unido, embora com menor importância (Pires et al., 2010).

Os autores consideram que esta informação permite tirar três conclusões: primeiro, persistem as relações migratórias com destinos de emigração tradicionais, como França, Alemanha e Estados Unidos; segundo, persistem as relações com Portugal de emigrantes portugueses há mais tempo instalados fora, como é o caso dos que emigram para o Luxemburgo e para o Canadá; e terceiro, emergem novos destinos da emigração portuguesa a partir da década de 1980, sendo que uns estão já consolidados (Suíça), outros têm manifestado uma subida constante nos últimos 15 anos (Espanha e Reino Unido) e outros revelam uma expansão recente (Angola).

3. A emigração portuguesa das décadas de 1990 e 2000

Neste capítulo vamos, numa primeira parte, traçar o perfil da emigração portuguesa das últimas duas décadas. Para isso, apresentamos dados relativos ao número de emigrantes, em termos absolutos, neste período, bem como uma caracterização da emigração em função do género do emigrante, do tipo de migração, da faixa etária, do nível de instrução e dos países de destino preferenciais.

Posteriormente, procedemos à análise da evolução das remessas entre 1990 e 2010. Nesta segunda parte do capítulo, também apresentamos alguns factores explicativos do comportamento das remessas ao longo destas duas décadas, tendo em conta a história recente da economia portuguesa.

3.1. Perfil

O INE publicou até 1988 o anuário 'Estatísticas Demográficas', com dados estatísticos sobre a emigração legal, informação obtida através dos registos do passaporte de emigrante, documento que foi abolido pelo decreto-lei 438/88, interrompendo a série estatística sobre os fluxos emigratórios.

Para continuar a ter informação sobre este fenómeno, o INE deu início ao Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída em 1993 (com dados relativos ao ano anterior). O ano de 2003 foi o último em que este inquérito – por amostragem aos alojamentos familiares integrado no Inquérito ao Emprego – foi realizado. A partir dessa data apenas há informação relativa ao saldo migratório, o que impede um conhecimento mais específico da composição da emigração.

Em termos absolutos, a população emigrante portuguesa passou das 39.332 pessoas em 1992 para pouco mais de 27.000 pessoas em 2003. Ao longo dos 12 anos da série, a população migrante aumentou apenas em quatro desses anos (1996, 1997, 1999 e 2002), tendo verificado uma tendência decrescente em todos os outros anos do período em análise. De acordo com Baganha (2003), na segunda metade da década de 1970, verificou-se um decréscimo no número de saídas, uma situação que, segundo Peixoto (2004), se inverteu na viragem para a década de 1980.

Baganha (2003) sintetiza a evolução da emigração portuguesa até à década de 1980 em três fases distintas: uma primeira de crescimento, entre 1950 e 1964, passando das 22.000 para as 76.000 saídas anuais; uma segunda de estagnação entre 1965 e 1974 (nos 122.000) e uma última fase de declínio na segunda metade da década de 1970 (das 52.000 saídas em 1975 para as 29.000 em 1979).

Peixoto (2004), por seu lado, distingue a análise do número de saídas em função do tipo de migração e verifica que, se a emigração permanente decresceu nos anos 1970, a emigração de tipo temporário aumentou. O autor refere que, após o apogeu das saídas de emigrantes na passagem dos anos 1970 para a década seguinte, verificou-se uma quebra gradual dos emigrantes permanentes, uma evolução que se manteve até à viragem para a década de 1980, altura em que se assistiu a um ligeiro aumento deste tipo de emigração. Desta forma, em 1999 o número de emigrantes permanentes desceu para um valor histórico da ordem dos 4.000, tendo aumentado progressivamente até superar os 8.000 em 2002. Já no caso dos emigrantes temporários, o autor verifica uma tendência inversa, afirmando que os emigrantes temporários foram aumentando desde 1976 de forma consistente: dos 9.000 emigrantes temporários anuais no final da década de 1980, passou-se para os cerca de 20.000 desde 1992 e até 2004, tendo atingido um pico máximo em 1997 (quase 30.000).

Quanto à emigração por tipo – permanente (indivíduos que se ausentaram do país com a intenção de permanecer no estrangeiro por mais de um ano) ou temporária (indivíduos que se ausentaram do país com intenção de permanecer no estrangeiro por um período até um ano) – assistiu-se a uma forte alteração nos primeiros anos da série. Em 1992, quase 57 por cento dos emigrantes portugueses eram do tipo permanente. No entanto, a partir de 1993, a emigração temporária passou a ser maioritária na composição da emigração portuguesa (53,1 por cento), situação que se manteve até ao final do período considerado, tendo registado o seu pico mais elevado em 1999 (85,5 por cento) (Gráfico 1 e Anexo A).

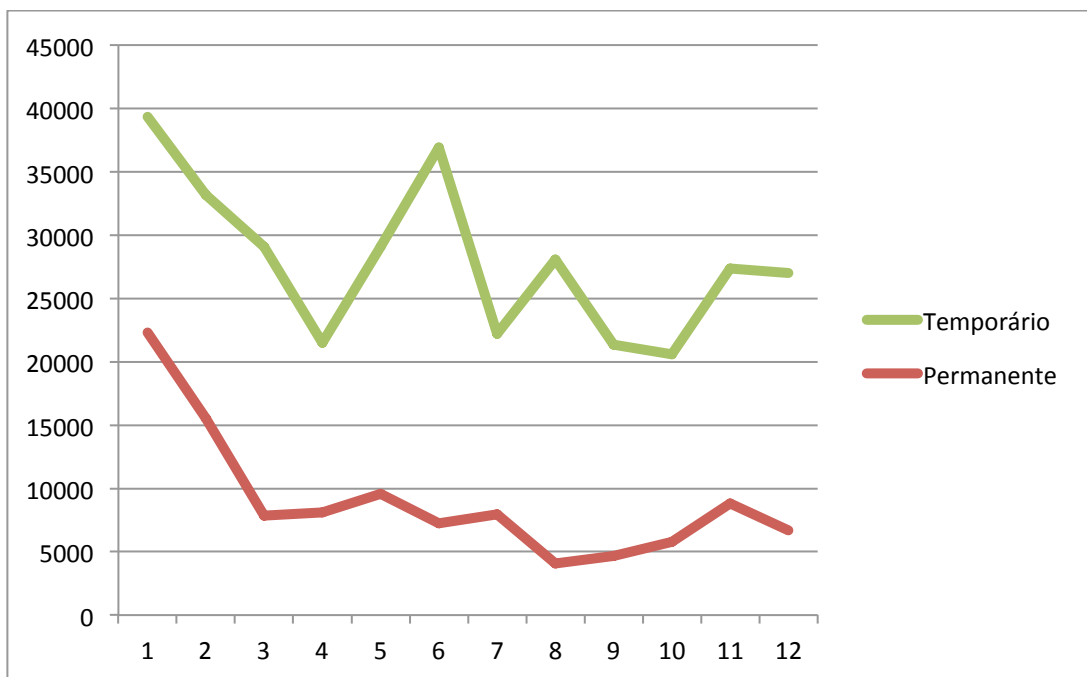
Importa aqui sublinhar um aspecto que já foi referido no capítulo anterior: o facto de se ter registado um aumento da emigração temporária pode apenas traduzir um aumento no número de entradas de portugueses noutros países e não um aumento dos que saem por um período até um ano.

Numa análise ao número de emigrantes por mil habitantes, em 1992, esta proporção

era de quase quatro (o valor mais elevado da série), tendo 1997 registado o segundo valor mais elevado (3,7). Por outro lado, em 2001, este rácio registou o valor mais baixo (2), chegando ao final da série nos 2,6.

Quanto à composição por género da população emigrante, os homens representaram em todo o período considerado mais de 65 por cento do total, sendo que, na maioria dos anos, mais de dois terços dos emigrantes portugueses eram homens. Tal observação permite concluir que, entre 1992 e 2003, as mulheres portuguesas emigraram consideravelmente menos do que os homens, pelo menos no que se refere à emigração formal (Gráfico 2 e Anexo A).

Gráfico 1: Emigrantes por tipo de migração (em percentagem do total)



Fonte: INE (Inquéritos aos movimentos migratórios de saída) e Pordata, execução própria

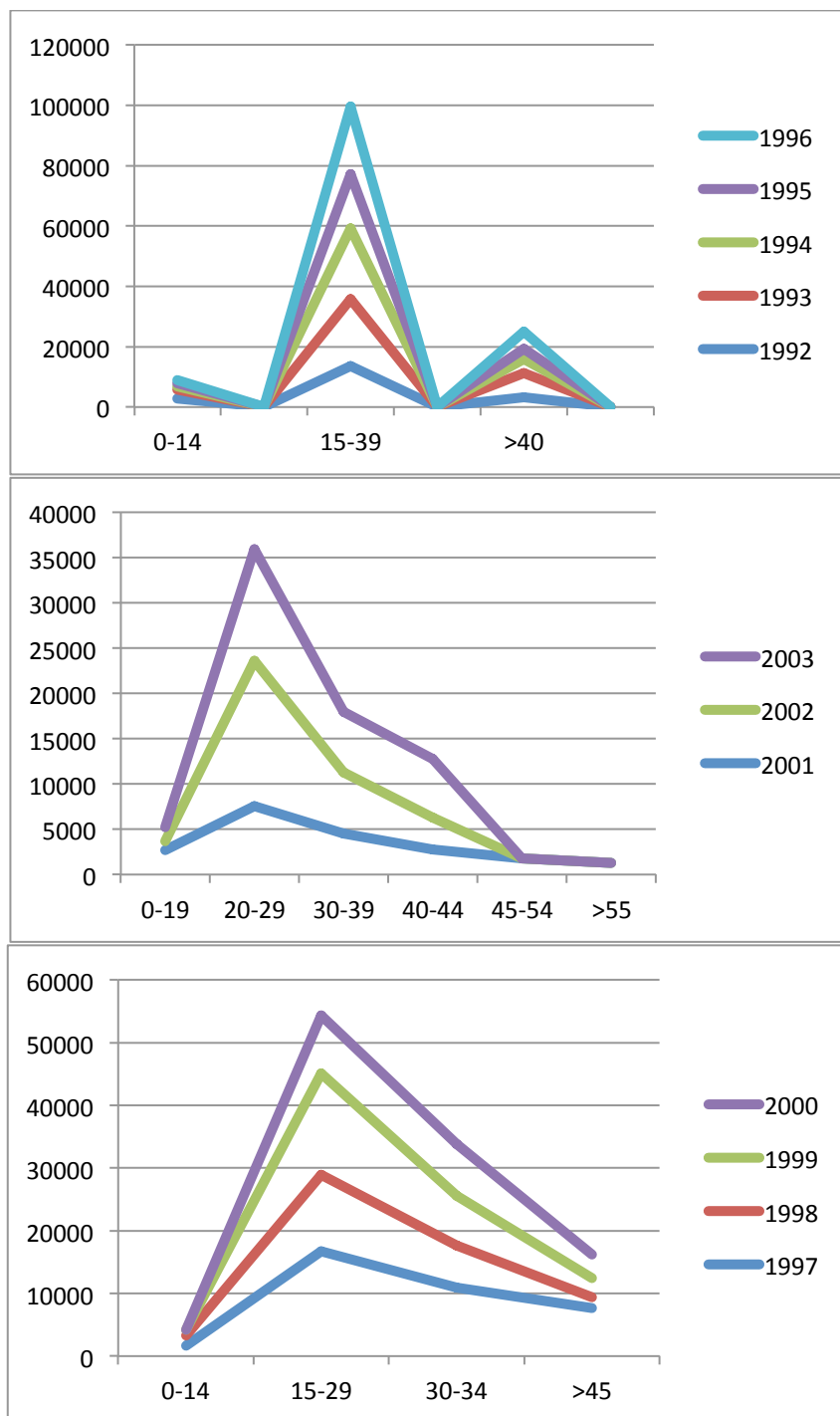
Gráfico 2: Emigrantes por sexo (em percentagem do total)



Fonte: INE (Inquéritos aos movimentos migratórios de saída) e Pordata, execução própria

Entre 1992 e 1996, o INE distinguia apenas três faixas etárias: dos 0 aos 14 anos, dos 15 aos 39 e 40 e mais anos, sendo que em todo o período se verifica que a maioria dos emigrantes tem entre 15 e 39 anos. A partir de 1997 e até 2003, com exceção do ano de 2001 (seis faixas etárias), o INE passou a subdividir as idades em quatro intervalos: dos 0 aos 14, dos 15 aos 29, dos 30 aos 34 e 45 e mais anos, verificando-se que a maioria dos emigrantes saía do país quando tinha entre 15 e 29 anos de idade, ou seja, no início da idade activa (Gráfico 3 e Anexo A).

Gráfico 3: Emigrantes por faixa etária



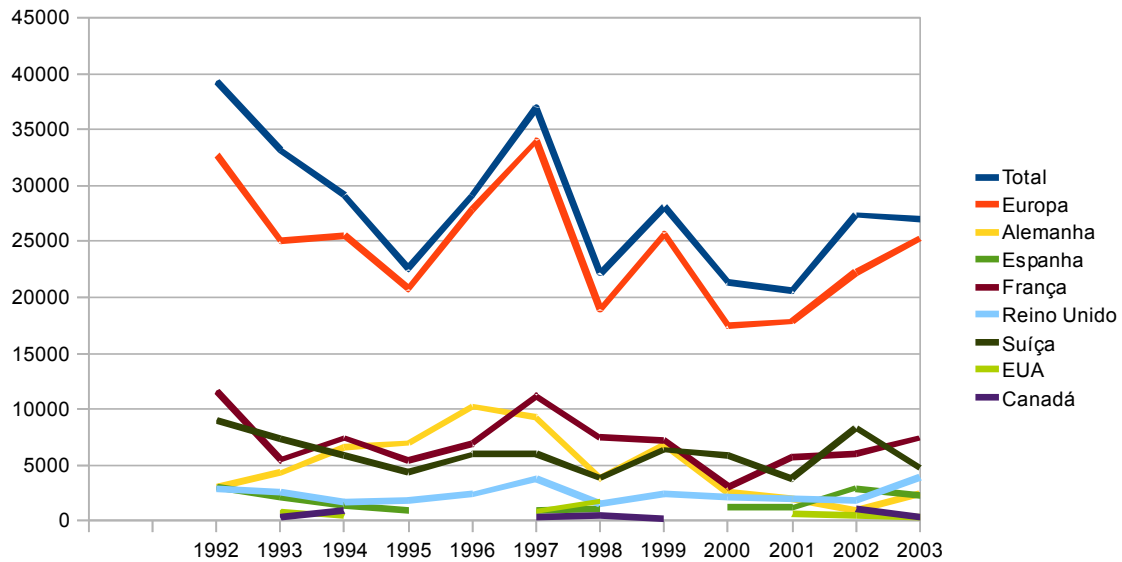
Fonte: INE (Estatísticas Demográficas), execução própria

Os dados recolhidos pelo INE dificultam, em parte, a comparação ao nível dos países de destino preferenciais dos emigrantes portugueses neste período, na medida em que de ano para ano os países de destino referidos diferem. Ainda assim, é evidente que a ampla maioria dos emigrantes portugueses se dirigiu para outros países da União Europeia, sendo a Suíça o país europeu extra-comunitário que mais portugueses acolheu entre 1992 e 2003. É também possível verificar que, no período considerado, França foi o país que mais portugueses acolheu em todos os anos da série. Suíça, Alemanha e Reino Unido foram também países muito procurados pelos emigrantes portugueses na década de 1990 e início da década de 2000.

Ao longo do tempo, o INE recolheu também dados de forma não sistemática relativos à população portuguesa que saiu do país com destino aos Estados Unidos, ao Canadá, à Venezuela e ao Brasil, o que indicia que estes são países de destino significativos no período considerado. No entanto, esta conclusão não é confirmada pelo INE, ainda que estatísticas de outras organizações internacionais (como o Banco Mundial e a OCDE) o indiquem (Gráfico 4).

De acordo com as Estimativas Anuais da Emigração do INE (INE, 2011), em 2008, o ano mais recente para o qual há informação, a população migrante portuguesa superou os 20.000 indivíduos, sendo que quase 15.000 foram para outros países da UE e pouco mais de 5.000 optaram por países fora do espaço europeu. No ano seguinte, 16.899 pessoas saíram de Portugal (10.409 com destino a outros países da UE e 6.490 para países fora do espaço europeu). Em 2010, saíram de Portugal 23.760 pessoas, sendo que 19.418 se dirigiram para países da UE e 4.342 escolheram países de outras áreas do mundo.

Gráfico 4: Emigrantes por países de destino



Fonte: INE (Estatísticas Demográficas), execução própria

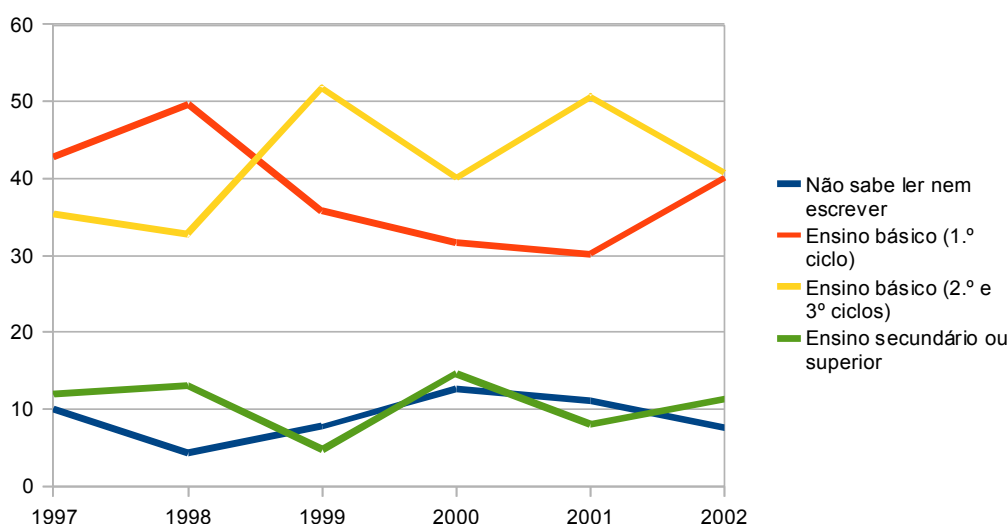
Quanto aos graus de instrução, o INE disponibiliza dados apenas a partir de 1997 e até 2003, verificando-se que, em 1997 e 1998, a maioria dos emigrantes portugueses tinha o 1.º ciclo do ensino básico. A partir daí, assistiu-se ao aumento das qualificações da população migrante, sendo que a maioria dos portugueses que saíram do país tinham o 2.º ou o 3.º ciclos do ensino básico. No último ano do período considerado (2003), a maioria dos emigrantes portugueses (77,4 por cento) tinha o ensino básico de escolaridade, sendo que, destes, 34,9 por cento detinham o 1.º ciclo e 42,5 por cento detinham o 2.º ou o 3.º ciclos. No mesmo ano, apenas 9 por cento dos emigrantes tinha formação superior, ao passo que pouco mais de 5 por cento não sabiam ler nem escrever e 8,5 por cento sabiam ler e escrever mas sem terem qualquer instrução.

No entanto, as bases de dados do Banco Mundial e da OCDE relativamente à escolaridade dos emigrantes é mais completa e fiável do que os dados do INE, embora a caracterização que permitem fazer seja mais clara para o ano de 2000 do que para os anos mais recentes. Segundo a definição do Banco Mundial, a taxa de emigração da população com ensino superior corresponde ao *stock* de emigrantes com 25 e mais anos que residam num país da OCDE que não seja o seu país de nascimento e com pelo menos um ano de ensino superior, considerando o total da população naquela faixa etária com formação

superior.

De acordo com a base de dados do Banco Mundial, que cita dados de Docquier et al. (2009), 15,9 por cento da população acima dos 25 anos com educação superior tinha, em 1990, emigrado, uma proporção que, em 2000, subiu para os 19 por cento. Este último valor está em linha com os dados da OCDE (2011), que apontam para uma taxa de emigração entre a população com ensino superior da ordem dos 19,5 por cento. De facto, de acordo com a OCDE (2011), Portugal é o quarto país desta instituição com maior taxa de emigração qualificada, depois da Irlanda (29,5 por cento), da Nova Zelândia (20,7 por cento) e da Islândia (19,7 por cento). (Gráfico 5, Anexo A).

Gráfico 5: Emigrantes por grau de instrução



Fonte: INE (Estatísticas Demográficas), execução própria

Pires et al. (2010) concluíram que, entre 1850 e 1975, os emigrantes portugueses eram eminentemente homens adultos, oriundos sobretudo de meios rurais e sem qualquer tipo de habilitação ou mesmo analfabetos. Baganha (2003) traçou um retrato da emigração portuguesa durante as décadas de 1960 e de 1970, apurando que, até 1960, “o típico emigrante era um homem solteiro, entre os 15 e os 35 anos e de origem predominantemente rural”. Entre os anos 1960 e até ao início da década de 1970, altura em que a reunificação familiar ganhou dimensão e tendo em conta dados recolhidos nos países

de destino, “o fluxo de emigrantes portugueses era sobretudo composto por homens em idade activa com muito poucas ou nenhuma qualificações”, o que significa que houve poucas alterações no perfil emigratório português neste período.

Tendo em conta os dados supra apresentados, e confirmando as conclusões de Peixoto (2004) e Malheiros (2011), é possível desenhar um novo rosto da emigração na década de 1990 e início da década seguinte, embora se tenham confirmado algumas semelhanças. O emigrante típico português continua a ser homem em início da idade activa, entre os 15 e os 29 anos, e a Europa continua a ser o destino preferencial, sendo França o país de destino mais provável, seguindo-se a Alemanha, a Suíça e o Reino Unido.

No entanto, os emigrantes nacionais têm cada vez mais formação e optam por um tipo de migração temporária, o que significa que o emigrante pretende regressar ao país de origem (ou mudar-se para outro país de emigração) no espaço de um ano. De facto, a maioria dos emigrantes portugueses da década de 1990 e início da década seguinte tem instrução escolar, sendo que, a partir de 1999, mais de metade da população emigrante frequentou o ensino básico de 2.º ou 3.º ciclos ou mesmo o ensino secundário ou superior.

A escolarização da população portuguesa tem aumentado significativamente nas últimas décadas, uma situação que se reflecte também entre a população emigrante. Desde a década de 1990 que a taxa real de escolarização da população portuguesa é de 100 por cento para o primeiro ciclo do ensino básico e tem vindo progressivamente a aumentar nos restantes níveis de escolaridade: de acordo com a Pordata, em 2010, quase 90 por cento da população residente tinha o ensino básico completo (9.º ano), mais de 70 por cento detinha o ensino secundário e cerca de 14 por cento o ensino superior, uma proporção que nos anos 1960 era inferior a 1 por cento.

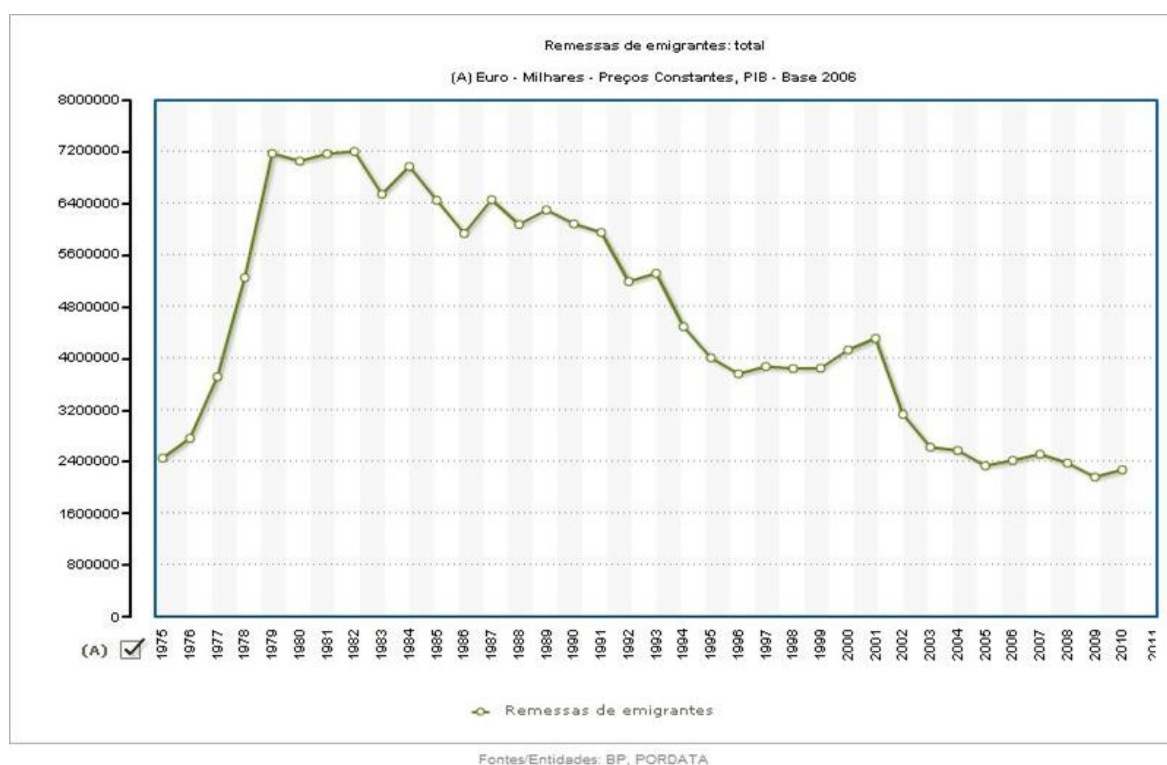
3.2. Evolução das remessas

Os dados relativos às remessas dos emigrantes portugueses foram retirados da Pordata, tendo por base o INE e o Banco de Portugal, estando disponíveis para o período entre 1975 e 2010. Como demonstrado no Gráfico 6, verificou-se um aumento acentuado do fluxo das remessas na segunda metade da década de 1970, o que coincidiu com o período após o fim da ditadura em Portugal e com a primeira intervenção do FMI no país, que ocorreu em 1977. Em 1975, o valor das remessas atingiu os 2.500 milhões de euros e

em 1979 era já de mais de 7.000 milhões de euros (preços constantes de 2006).

Nos primeiros anos da década de 1980, o valor das remessas manteve-se estagnado, tendo aumentado ligeiramente depois da entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE). Em 1986, as remessas dos emigrantes eram de quase 6.000 milhões de euros. Nos anos 1990, assistiu-se a uma queda no fluxo das remessas, tendência que se inverteu ligeiramente no final da década, embora se tenha registado um decréscimo ainda mais acentuado na primeira década do século XXI. Até 2001, as remessas eram superiores a 4.000 milhões de euros, mas no ano seguinte – que coincidiu com a entrada em circulação do euro – esse valor desceu para pouco mais de 3.000 milhões e, em 2003, era já de 2.600 milhões de euros, oscilando em torno desse valor até ao final da década.

Gráfico 6: Remessas de emigrantes



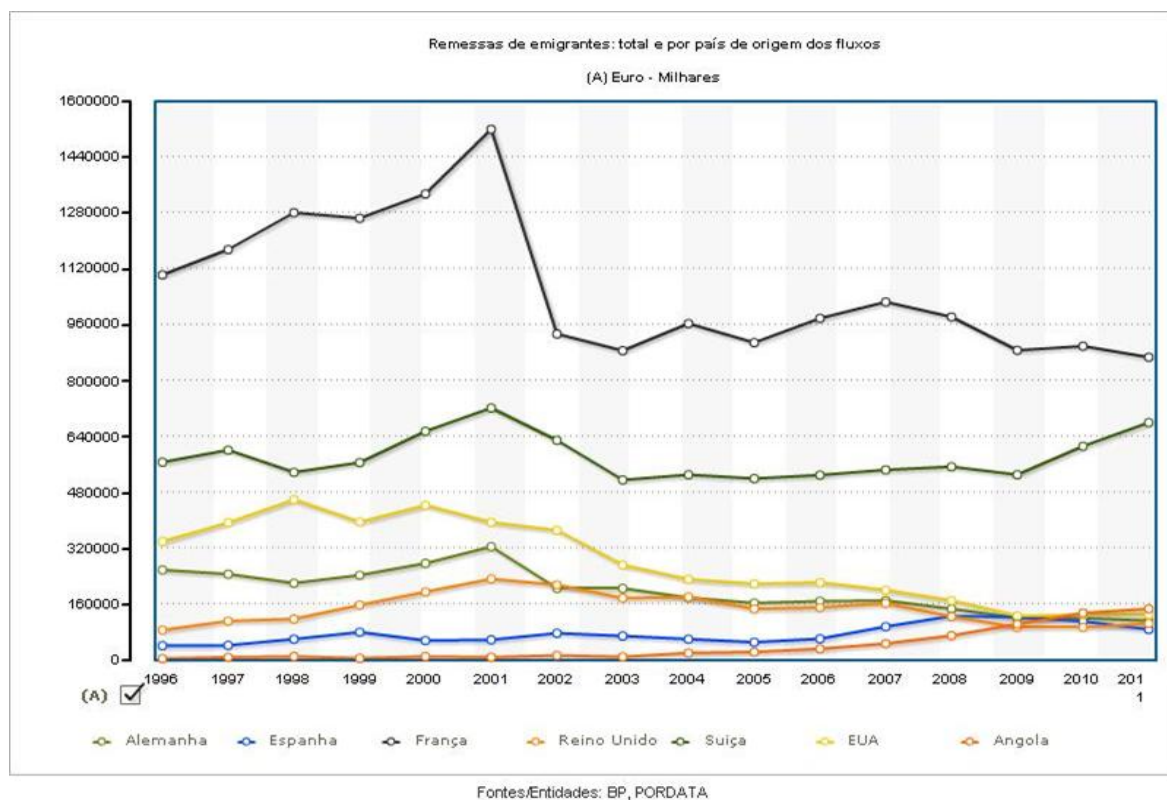
Fonte: Pordata (INE: Contas Nacionais Anuais: BP; Estatísticas da Balança de Pagamentos)

No que se refere aos países de origem das remessas, França destaca-se com ampla vantagem em relação a todos os outros países (preços constantes de 2006): em 1996, os

emigrantes portugueses em França enviaram 1.500 milhões de euros em remessas, valor que se aproximou dos 1.800 milhões em 2001, ano a partir do qual se assistiu a um decréscimo acentuado das remessas enviadas para Portugal. Esta queda no valor das remessas oriundas dos portugueses residentes em França é claramente responsável pela configuração do valor total das remessas, que decresceu muito no início da década de 2000. Em 2002, foram recebidos pouco mais de 1.000 milhões de euros em remessas oriundas de França, montante que oscilou depois em torno desse valor, apresentando uma tendência de queda desde 2007, fixando-se nos 844 milhões em 2010 (Gráfico 7).

Questionado sobre esta acentuada quebra das remessas vindas de França, que se reflectiu no montante global de remessas recebidas, o Banco de Portugal explicou que esta diminuição observada nas remessas oriundas de França é consistente com os registos das principais entidades que operam no segmento de transferências de fundos entre Portugal e o exterior, tratando-se, por isso, de um fenómeno relativamente generalizado. As justificações apontadas pelo Banco de Portugal são essencialmente duas: por um lado, a introdução física das notas e moedas de euro em 2002, que eliminou a necessidade de conversão cambial da moeda física face a outros países da área do euro e, por outro lado, a entrada em vigor de legislação comunitária que pretendia facilitar as transferências e os pagamentos em euros no espaço europeu.

Gráfico 7: Remessas de emigrantes; países seleccionados (preços constantes de 2006)



Fonte: Pordata (Estatísticas da Balança de Pagamentos)

A Suíça surge como o segundo país cujos emigrantes portugueses mais remessas enviam (preços constantes de 2006): em 1996, o valor das remessas oriundas deste país extra-comunitário foi de 779 milhões de euros, oscilando até 2001, ano em que as remessas se fixaram nos 832 milhões de euros. Nos dois anos seguintes, o montante das remessas enviadas da Suíça caiu, estabilizando depois para chegar a 2010 nos 554 milhões de euros.

O terceiro país de onde Portugal recebeu mais remessas ao longo do período considerado foram os Estados Unidos da América. No primeiro ano da série (1996), foram enviados 468 milhões de euros em remessas, valor que, em 1998, subiu para os 585 milhões de euros. A partir daí, a tendência foi de queda e, em 2003, Portugal recebeu 293 milhões de euros dos emigrantes nos Estados Unidos. Em 2010, o valor das remessas vindas dos Estados Unidos foi superado pelo de outros novos destinos da emigração portuguesa (como Angola), tendo sido enviados 122 milhões de euros. De facto, no final

do período considerado, Angola ocupava já o terceiro lugar, com 126 milhões de euros em remessas enviadas, um crescimento que se iniciou em 2006.

Alemanha, Espanha e Reino Unido representam também valores consideráveis das remessas recebidas, sendo que a Alemanha foi até 2001 o quarto país com maior volume de remessas enviadas para Portugal (375 milhões), ano em que o Reino Unido começa a ganhar mais dimensão, ocupando em alguns anos o quarto lugar. A partir de 2006, também os emigrantes residentes em Espanha começam a enviar mais remessas.

Em termos relativos, França e Suíça foram, durante todo o período considerado, os países que enviaram mais remessas para Portugal. No entanto, se em 1996, os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido estavam entre os cinco países que mais remessas enviavam; no final do período, Angola ultrapassou os Estados Unidos e a Alemanha em termos de remessas enviadas (preços constantes de 2006) (Gráfico 7).

Através dos dados supra citados, concluímos que as remessas recebidas por Portugal apresentam uma tendência contra-cíclica face ao PIB, na medida em que tendem a aumentar em períodos de contracção da economia e a diminuir em períodos de expansão. Foram os casos do período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, bem como após a entrada do país na CEE, em 1986.

De facto, dados do Banco de Portugal relativos ao primeiro semestre de 2012 indicam precisamente que as remessas aumentaram 16 por cento, atingindo o valor mais elevado desde 2002: entre Janeiro e Junho deste ano, as remessas recebidas em Portugal chegaram aos 1.276 milhões de euros (no primeiro semestre de 2002, atingiram os 1.334 milhões de euros). De acordo com o Eurostat, a economia portuguesa contraiu 0,1 por cento no primeiro trimestre do ano e 2,3 por cento no segundo.

Por outro lado, relativamente aos países de destino, França e Suíça destacam-se como os países cujos emigrantes portugueses enviam mais remessas. De referir ainda a emergência de países como Angola e o Reino Unido que têm apresentado um aumento no envio de remessas para Portugal, reflectindo assim o aumento do número de emigrantes que optam por estes destinos.

3.2.1. Factores explicativos

Para compreender melhor a evolução das remessas dos emigrantes portugueses nas últimas décadas, considerámos relevante olhar para a história económica nacional recente, na tentativa de identificar transformações que possam justificar essa mesma evolução. Nesse sentido, vão ser seguidamente abordados o regime de protecção social em Portugal, a escolarização da população portuguesa e ainda a entrada de verbas europeias no país desde a adesão à então CEE, em 1986.

Protecção Social

Para este trabalho, não considerámos relevante apresentar com detalhe a evolução da protecção social em Portugal. No entanto, e uma vez que entendemos que este pode ser um factor explicativo, pelo menos em parte, da trajectória recente de diminuição das remessas enviadas para Portugal, convém abordar a evolução da despesa social, assumindo-se que o facto de esta ter aumentado pode significar que as necessidades da população portuguesa foram sendo gradualmente supridas pelo Estado, diminuindo assim a importância (e a necessidade) das remessas.

Pereirinha e Carolo (2009) identificaram três etapas distintas que marcaram o desenvolvimento do Estado-providência em Portugal, cujos marcos são os anos de 1935, de 1974 e de 1986. A primeira fase iniciou-se com a criação da previdência social em 1935 (e sucessivos ajustamentos durante o período do Estado Novo) e permitiu a cobertura de riscos sociais clássicos (como o rendimento em caso de velhice, invalidez e sobrevivência). A segunda fase deu-se após o 25 de Abril de 1974 e trouxe a “consolidação dos direitos de cidadania, consagrando direitos civis e políticos e alargando e aprofundando os direitos sociais, originando o carácter universal de alguns deles” e um conseqüente aumento das despesas sociais públicas. A terceira etapa, dizem os autores, teve início a partir de Janeiro de 1986, quando Portugal aderiu à CEE, que conduziu à “europeização do Estado-providência português”, em que se assistiu a uma convergência do regime de protecção social nacional face aos restantes regimes europeus.

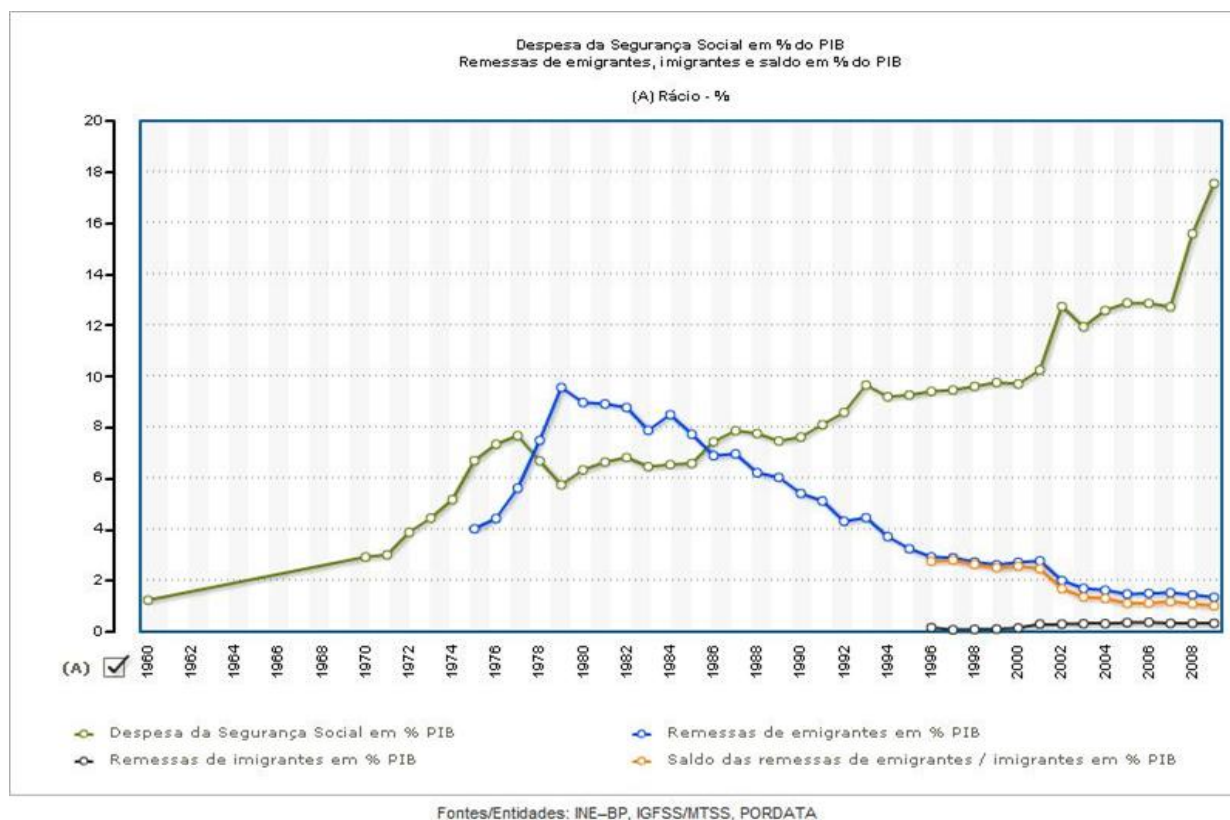
A literatura internacional sobre a relação entre as remessas e as despesas públicas

aponta para o facto de as remessas recebidas contribuírem para a redução das despesas estatais. Shabbaz et al. (2008) estudaram a relação entre a entrada de remessas e as despesas públicas no Paquistão. Os autores concluíram que as remessas reduzem a dimensão do governo, isolando tanto o governo como a população residente dos efeitos da economia global. Ebeke (2012), por seu lado, analisou o impacto das remessas na despesa pública em saúde e educação em 86 países em vias de desenvolvimento no período de 1996 a 2007, num contexto de má governação. O autor concluiu que as remessas podem reduzir as despesas públicas, quando as economias dependem dos fluxos das remessas e têm maus governos.

Medina e Cardona (2010), por seu lado, estudaram as despesas das famílias colombianas, distinguindo entre as que recebem remessas e as que não recebem, comparando os dois padrões de consumo antes e depois da crise económica de 1998 e 1999. Os autores concluíram que as famílias que recebem remessas gastam, em média, mais 10 por cento em educação do que as que não beneficiam desses fluxos. No entanto, a análise sugere que há uma maior probabilidade de as famílias que recebem remessas optarem pelo ensino privado e não pelo público. Embora os autores não tenham detectado impactos no consumo, no investimento e na saúde, identificaram um efeito significativo no nível de vida das famílias: aquelas em que pelo menos um elemento saiu do país entre 1998 e 2002 (período de recessão) conseguiram manter o nível de vida que tinham antes da crise, resistindo melhor às dificuldades económicas.

Analisando os dados para Portugal, e de acordo com dados retirados da Pordata, cujas fontes são o INE, o Banco de Portugal e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), verificamos uma tendência crescente da evolução da despesa social em percentagem do PIB entre 1970 e 1979, o período imediatamente após a revolução, registando-se depois uma queda nos três anos seguintes e uma estagnação deste indicador até à entrada do país na CEE (Gráfico 8).

Gráfico 8: Despesa da Segurança Social e Remessas de emigrantes (% do PIB)



Fonte: Pordata (INE, Bando de Portugal, IGFSS/MTSS)

Quanto às remessas em percentagem do PIB, estas cresceram fortemente desde 1975 e até 1979, situando-se nesta altura perto dos 10 por cento, verificando-se depois uma tendência de queda gradual para a ordem dos 6 por cento do PIB no final da década de 1980 e início do decénio seguinte.

De facto, a partir de 1986, o valor relativo das remessas sobre o PIB passou a ser inferior ao peso relativo das despesas sociais sobre o PIB, uma situação que se acentuou ao longo do tempo. Nesse ano, as despesas sociais representavam 7,4 por cento do PIB português, evoluindo para 17,6 por cento do PIB em 2009. Já as remessas representavam 6,9 por cento do PIB em 1986, decrescendo gradualmente para os 1,4 por cento do PIB em 2009. Ou seja, se por um lado as despesas da Segurança Social (em percentagem do PIB) aumentaram consistentemente desde os anos 1960 até à actualidade; as remessas (em percentagem do PIB), por oposição, aumentaram entre 1975 (ano a partir do qual estão disponíveis dados) e 1979, invertendo a tendência a partir daí, sendo que desde 1986 as

remessas (receita) são muito inferiores às despesas sociais. As despesas sociais aumentaram porque passaram a abranger mais riscos e, por conseguinte, mais pessoas, pelo que a importância das remessas pode ter sido colmatada com estas transferências sociais públicas.

De referir ainda que o período em que o rácio das remessas sobre o PIB foi superior ao da despesa sobre o produto coincidiu com o período de austeridade que se viveu em Portugal, devido às duas primeiras intervenções do FMI no país. Em 1977 e 1978, Portugal pediu assistência financeira para combater os défices comerciais e o elevado desemprego, bem como o aumento dos preços da energia que, por sua vez, agravaram as pressões inflacionárias. Já em 1983, o país voltou a solicitar ajuda externa do FMI para combater a recessão económica, as elevadas taxas de juro no estrangeiro e ainda os desequilíbrios na balança comercial e os défices muito altos.

Ora, neste período verificou-se uma contracção da despesa pública e, por conseguinte, das despesas sociais do Estado, decorrentes dos compromissos internacionais que o país tinha assumido. Ao mesmo tempo, o volume das remessas aumentou, o que confirma a característica contra-cíclica do fluxo: em alturas de maior restrição económica aumentam as transferências de rendimento dos emigrantes. Assim, e tendo em conta a literatura supra citada, podemos afirmar que, no caso de Portugal, quando a despesa contrai, os fluxos das remessas tendem a aumentar, o que confirma a característica contra-cíclica das remessas, bem como a sua relação com as despesas públicas.

Escolarização

A literatura da década de 1970 argumenta que a emigração de pessoas qualificadas é prejudicial para os países de origem, uma vez que, mesmo que os emigrantes estivessem desempregados nos seus países de origem, a sua produtividade marginal não seria necessariamente nula e haveria sempre a possibilidade de se integrarem no mercado de trabalho (Bhagwati, 1976). Posteriormente, os investigadores começaram a admitir que a emigração qualificada podia aumentar o investimento em educação no país de origem, considerando que, depois de os mais qualificados saírem do país, a percentagem dos trabalhadores qualificados entre os que ficassem tenderia a aumentar (Mountford, 1997;

Stark et al., 1997, 1998; Beine et al., 2001, 2003).

Uma argumentação alternativa prende-se com a análise do papel das remessas. O Banco Mundial (2003) considera que os efeitos negativos da emigração qualificada são de alguma forma compensados pelo envio de remessas desses emigrantes. A ideia subjacente é que emigrantes mais qualificados ganham mais e, por isso, é provável que enviem mais remessas para o seu país de origem (Ratha, 2003). Também Bollard et al. (2009) concluíram, através da análise de microdados relativos a mais de 33.000 imigrantes de 11 países da OCDE, que emigrantes mais qualificados enviam mais remessas precisamente porque têm rendimentos mais elevados.

No entanto, há autores que refutam esta vertente da literatura. Rodriguez e Horton (1994) concluíram que, no caso das Filipinas, o nível de qualificação académica dos emigrantes não influencia o valor das remessas enviadas. Niimi et al. (2008), por seu lado, questionam a teoria de que emigrantes mais qualificados tendem a enviar mais remessas. Para isso, desenvolvem um modelo econométrico em que incluem as seguintes variáveis: taxa de migração, nível de educação dos emigrantes, fonte de rendimento da família do emigrante no país de origem, desenvolvimento do sector financeiro do país de origem, aumento populacional e crescimento económico esperado. Os autores concluem que os emigrantes com mais formação tendem a enviar menos remessas para o país de origem, ainda que sejam também aqueles que, no país de destino, conseguem trabalhos mais bem remunerados, uma conclusão igualmente apontada por Faini (2007).

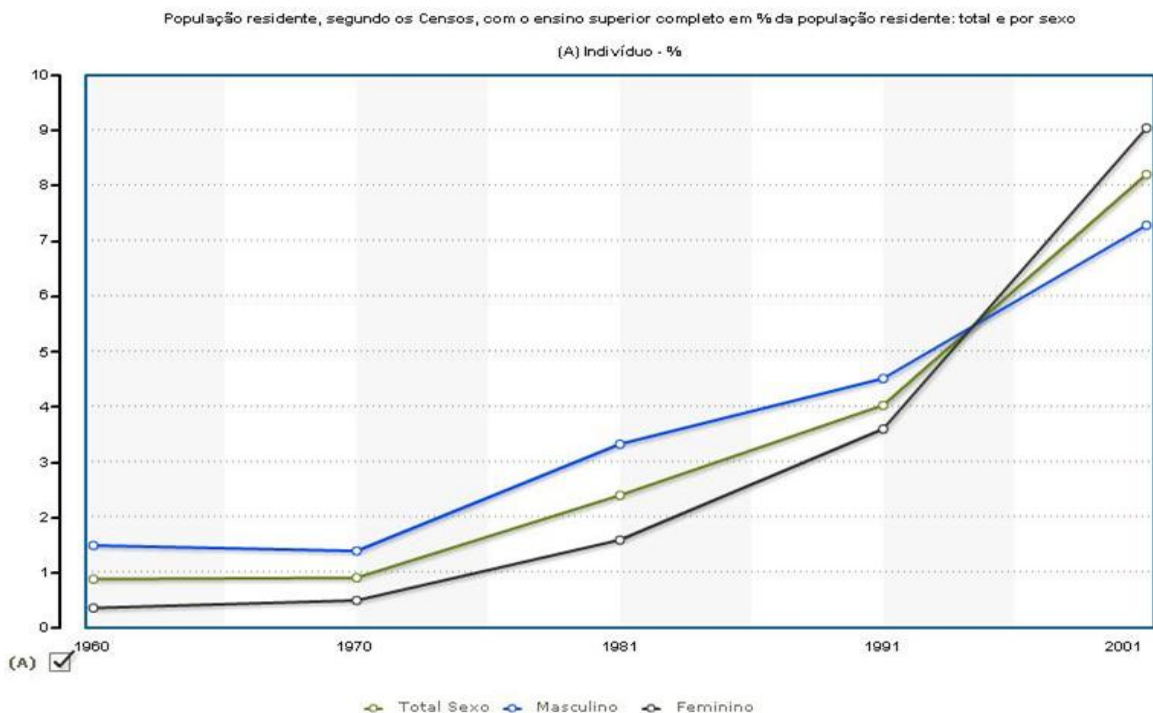
Um outro argumento prende-se com o facto de frequentemente os emigrantes com maior grau de escolarização serem oriundos de famílias com melhores condições económicas, pelo que a necessidade de enviar remessas para melhorar a vida dos familiares que ficam no país de origem é menor. Além disso, estes emigrantes terão mais facilidade em levar os restantes elementos da família para o país de destino, o que consequentemente diminui o envio de remessas (Faini, 2007; Niimi et al., 2008).

De acordo com dados da OCDE (2011), em 2009, 15 por cento da população portuguesa entre os 25 e os 64 por cento detinha o ensino superior, um valor abaixo da média da Organização (30 por cento). Na faixa etária mais jovem (25-34 anos), a proporção sobe para os 23 por cento em Portugal e para os 37 por cento na média dos países da OCDE, ao passo que, na faixa etária mais velha (55-64 anos), este valor desce

para os 7 por cento em Portugal e para os 22 por cento na média da OCDE. Segundo dados da Pordata (2012) – e para apresentar uma perspectiva de evolução – a escolaridade da população portuguesa tem vindo a aumentar progressivamente desde o início da década de 1960, uma tendência que se verifica igualmente no grau superior.

Dados dos recenseamentos populacionais indicam que, em 1960, apenas 0,9 por cento da população detinha este grau de escolarização, situação que se manteve até à década seguinte. Em 1980, essa proporção era já de 2,4 por cento, tendo subido para os 4 por cento em 1990 e para os 8,2 por cento em 2000. No caso dos censos de 2010, os dados são ainda provisórios mas apontam para um novo aumento da proporção da população com 15 e mais anos que detém ensino superior, para os 14,04 por cento (Gráfico 9).

Gráfico 9: População residente com ensino superior em % da população, segundo os Censos



Fonte: Pordata, com dados do INE

No caso português, o aumento da escolarização é transversal a toda a população, incluindo os que optam por emigrar. Malheiros (2011) refere mesmo que “é crescente a

presença de emigrantes qualificados nos novos destinos”, casos do Reino Unido e de Espanha.

O autor diz ainda que, já em 2000, Portugal era o terceiro país da UE com maior taxa de emigrados entre os licenciados (13 por cento). Por isso, e tendo em conta a literatura supra citada bem como o comportamento das remessas, concluímos que o aumento da escolaridade entre os emigrantes pode ser um factor explicativo da queda do envio de remessas.

Fundos estruturais

Desde a adesão de Portugal à CEE, em 1986, que o país tem recebido verbas europeias, ao abrigo dos fundos estruturais que Bruxelas designa aos Estados-Membros, em função de uma série de parâmetros. A transferência destes fundos é planeada para toda a Europa de forma plurianual. Os dois primeiros anos da adesão de Portugal à comunidade ficaram conhecidos como o Anterior Regulamento e a partir daí a repartição dos fundos estruturais fez-se ao abrigo de Quadros Comunitários de Apoio (QCA) e mais recentemente através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT, 1995) considera, no seu balanço dos primeiros dez anos da entrada de fundos estruturais em Portugal, que estas verbas europeias estão entre os factores que mais contribuíram para o desenvolvimento da estrutura social e económica de Portugal, bem como para a modernização da sociedade portuguesa. Amaral (2006), por seu lado, admite que, no período imediatamente após a adesão de Portugal à CEE, o impacto dos fundos estruturais na economia portuguesa foi “claramente positivo, permitindo à economia crescer a um ritmo relativamente elevado”. No entanto, o autor considera que, no período de preparação para a adopção da moeda única, se registaram “problemas de competitividade externa devido à política macroeconómica seguida e às transformações do comércio mundial” e defende que, após a implementação da moeda única europeia, “a economia portuguesa entrou em crise”.

Para este trabalho, mais importante do que averiguar se os fundos europeus foram ou não bem aproveitados, considerámos relevante apontar os objectivos estratégicos

determinados, bem como o seu impacto macroeconómico.

De acordo com o MPAT (1995), entre 1986 e 1995, foram transferidos para Portugal fundos estruturais que ascenderam a 2.680 milhões de contos, o que representou cerca de 2,6 por cento do PIB gerado nesse período. Este apoio financeiro permitiu “acelerar o processo de crescimento e modernização da economia e sociedade portuguesas”, o que resultou num aumento do PIB *per capita* em paridade do poder de compra, que duplicou entre 1985 e 1994, aproximando-se cerca de 13 pontos percentuais da média europeia.

No Quadro Comunitário de Apoio I (1989 a 1993), os fundos estruturais de Portugal foram maioritariamente alocadas à formação profissional, seguindo-se as áreas da indústria e serviços, dos transportes e da agricultura e pescas. Relativamente ao impacto dos fundos estruturais na economia nacional, o PIB *per capita* em paridade do poder de compra registou ganhos de 10,5 pontos percentuais face à média europeia e o PIB verificou um crescimento anual adicional de 0,7 por cento ao ano. O QCA I induziu a criação de cerca de 80.000 postos de trabalho, ou seja, cerca de um quarto da criação total de emprego neste período.

No período de 1994 a 1999, ao longo do QCA II, os principais objectivos traçados para Portugal, foram a aproximação à União Europeia e a redução das assimetrias regionais. A Comissão Europeia (2011) estima que o efeito global dos fundos estruturais atribuídos a Portugal se tenha reflectido num aumento do PIB em 1999 em cerca de 4,5 pontos percentuais, bem como um aumento do emprego, através da criação de 180.000 postos de trabalho. Quanto às disparidades regionais internas, a coesão entre as regiões portuguesas terá aumentado em 15,4 por cento com o QCA II.

O QCA III, de 2000 a 2006, por sua vez, foi criado para responder aos dois principais problemas da UE na altura: a disparidade das condições de vida entre os vários países e regiões europeias e o desemprego na maioria dos Estados-Membros. De referir ainda a preocupação decorrente do alargamento aos países da Europa de Leste, que ocorreu em 2004 e que levou a uma necessária adaptação institucional por parte da UE. Ao longo do período do QCA III, foram apoiadas 15.300 empresas, excluindo as que foram apoiadas pelo FEOGA-O², que eram sobretudo microempresas (até 9 trabalhadores) ou pequenas

² Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – secção Orientação

empresas (de 10 a 49 trabalhadores). No que se refere ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas, verifica-se que, entre 2000 e 2007, este indicador cresceu em termos nacionais, uma progressão que foi mais acentuada nas empresas que realizaram projectos co-financiados. Também a produtividade das empresas apoiadas pelos fundos comunitários aumentou mais do que as restantes: no sector do turismo esse aumento foi de 58 por cento, seguindo-se o comércio (53 por cento) e os transportes (43 por cento).

O actual programa plurianual, o Quadro de Referência Estratégico Nacional, em vigor desde 2007 e até 2013, tem como prioridades a qualificação dos portugueses, estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação; o crescimento sustentado, promovendo a competitividade dos territórios e das empresas; a coesão social, com enfoque particular no aumento do emprego e no reforço do empreendedorismo; a qualificação do território e das cidades, garantindo ganhos ambientais; e a eficiência da governação, modernizando as instituições públicas.

Tendo em conta os dados enunciados, consideramos que tanto o aumento da protecção social prestada pelo Estado ao longo das décadas como o aumento da escolarização da população e a entrada de fundos estruturais no país poderão ter contribuído para a queda generalizada das remessas desde 1975 até ao presente.

Importa recordar ainda que, no caso particular das despesas sociais, quando estas contraem (o que sucedeu nos períodos em que o país recorreu a ajuda externa), o fluxo de remessas tende a aumentar, o que confirma a tendência contra-cíclica destas transferências. No entanto, como a tendência deste indicador no período considerado é ascendente, acreditamos que um maior investimento do Estado na protecção social contribuiu para suprir algumas dificuldades da população internamente, diminuindo assim a necessidade de recorrer à emigração para lhes fazer face.

Já relativamente à evolução positiva da escolaridade da população portuguesa, esta reflecte-se também na população que opta pela emigração. Desta forma, concluímos que, no caso de Portugal, é possível que emigrantes com maior grau de instrução escolar tendam a enviar menos remessas, embora tal não tenha sido empiricamente comprovado, uma vez que não é esse o objecto da investigação.

Por fim, concluímos que a entrada de fundos estruturais oriundos da União Europeia permitiu a criação de postos de trabalho, de forma directa e indirecta, ao mesmo

tempo que contribuiu para a construção de infra-estruturas que promoveram o desenvolvimento do país (pelo menos nos anos imediatamente subsequentes à adesão), melhorando, de um modo geral, o nível de vida da população, o que poderá ter contribuído para o decréscimo da saída de pessoas e, em consequência, do envio de remessas.

4. Estimações e resultados

Os efeitos macroeconómicos das remessas têm sido amplamente estudados pela literatura, nomeadamente no que se refere ao impacto destas na pobreza, no crescimento económico, no investimento, no consumo, na poupança e nas exportações. Neste capítulo vão ser enunciados os resultados dos vários ramos da literatura (que nem sempre apontam conclusões no mesmo sentido) e, posteriormente, serão apresentadas metodologias usadas e as estimações e os resultados alcançados para o objecto de estudo em causa: as remessas portuguesas e o seu impacto no crescimento do país.

4.1. Efeitos macroeconómicos das remessas

A redução da pobreza é um efeito das remessas que tem sido amplamente reconhecido pela literatura. Adams e Page (2005) e a ONU (2011) são apenas dois exemplos de estudos cujos investigadores concluíram que a entrada de fluxos de remessas contribuiu para a redução da pobreza.

Adams e Page (2005) estudaram directamente o efeito das remessas sobre a pobreza num conjunto de 71 países em vias de desenvolvimento. Para o efeito, os autores recorreram a informação relativa a pobreza, desigualdade, migrações internacionais e remessas com o objectivo de estimar econometricamente o impacto das migrações internacionais e das remessas na pobreza no mundo em desenvolvimento.

Os autores concluem que tanto as migrações internacionais como o fluxo de remessas têm um impacto estatisticamente significativo na redução da pobreza: controlando a eventual endogeneidade das migrações internacionais, regista-se uma queda de 3,5 por cento na proporção de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza por cada aumento de 10 por cento nas remessas oficialmente registadas *per capita*.

Também as Nações Unidas (2011) analisaram o impacto das remessas na pobreza, verificando que há um efeito de redução daquelas sobre esta. Neste estudo, estimou-se o impacto das remessas na pobreza em 77 países desenvolvidos, usando dados em painel para o período de 1980 a 2008. Na análise, os autores dividiram a amostra dos países em estudo, identificando 29 países cujo rácio das remessas no PIB excede os 5 por cento.

Neste grupo de países, concluiu-se que “um aumento de 10 por cento nas remessas reduz o rácio *headcount* (número de pessoas em situação de pobreza) em cerca de 3,1 por cento e o *poverty gap* (mede quão pobres são os pobres, ou seja, qual a distância do seu rendimento face à linha de pobreza) em cerca de 3 a 5 por cento, dependendo da forma como o indicador é medido”.

Ao contrário do que se verifica quanto ao efeito das remessas na redução da pobreza, uma conclusão consensual na literatura empírica, os efeitos destas no crescimento económico das economias receptoras não são tão claros. Para alguns autores, o impacto positivo ou negativo da remessas sobre o crescimento económico de um país depende da propensão das famílias receptoras a consumirem ou a investirem. Assim, considera-se que as remessas investidas têm impacto positivo directo sobre o produto enquanto as remessas consumidas têm um efeito multiplicador sobre a economia.

Uma linha de investigação nesta matéria indica que as remessas têm um efeito negativo no crescimento (Barajas et al., 2009; Chowdury e Rabbi, 2011; Acosta 2009a; Chami et al., 2003; Singh et al., 2009). Entre os argumentos que sustentam esta conclusão estão, entre outros, o efeito de “doença holandesa” (*dutch disease*) e o “efeito moral” (*moral hazard*), mas também a relação entre as remessas e o investimento, o desenvolvimento do sector financeiro do país receptor e as instituições.

Barajas et al (2009), por exemplo, analisaram observações anuais relativas a 84 países receptores de remessas durante o período de 1970 a 2004, estimando regressões tanto para o conjunto dos países como para o grupo das economias emergentes. Os autores concluíram que as remessas “contribuíram pouco para o crescimento económico das economias receptoras e que podem mesmo ter atrasado o crescimento em algumas”. Os autores sustentam esta afirmação com o facto de, entre os países estudados, não terem encontrado um único caso em que o efeito das remessas no crescimento de longo prazo fosse significativo. Na verdade, tendo em conta que as remessas de alguns países analisados excedem os 10 por cento do PIB durante longos períodos de tempo, era de esperar que algum apresentasse uma relação sólida entre as duas variáveis, mas – referem os investigadores – “nenhuma nação pode afirmar com credibilidade que as remessas fundaram ou catalisaram um desenvolvimento económico significativo”. A justificação apontada pelos autores é que as remessas normalmente não se destinam ao investimento;

são antes formas de ajudar os membros da família que não emigram a melhorar a sua condição de vida. Ou seja, “as remessas tiram as pessoas da pobreza, mas tipicamente não transformam os receptores em empresários”, pelo que, “na melhor das hipóteses, as transferências de remessas não têm qualquer impacto no crescimento económico”, argumentam Barajas et al. (2009).

Também Chowdhury e Rabbi (2011), que estudaram o caso do Bangladesh, chegam a conclusões semelhantes: o fluxo de remessas baixou a competitividade comercial do país, ao alocar recursos do sector transaccionável para o não transaccionável e apreciou a taxa de câmbio do Bangladesh, o chamado efeito da “doença holandesa”. Neste sentido, apuram os autores, “o fluxo de remessas está a ter efeitos adversos na competitividade do país, apesar dos efeitos sócio-económicos positivos”, como a melhoria do nível de vida das famílias receptoras de remessas. A apreciação da moeda nacional (efeito “doença holandesa”) penaliza a competitividade do país receptor de remessas, o que é sobretudo visível quando estes fluxos são canalizados para a aquisição de bens não transaccionáveis.

Já Acosta et al. (2009a) estudaram o caso da economia de El Salvador, desenvolvendo e estimando um modelo aplicado a uma pequena economia aberta para perceber se um aumento das remessas provoca ou não um efeito de “doença holandesa”. Considerando três casos (as remessas são determinadas exogenamente, as remessas são contra-cíclicas e as remessas actuam como fluxos de entrada de capitais), os autores concluem que, em qualquer dos casos, os fluxos de entrada de remessas causam efeitos de “doença holandesa”, uma vez que um aumento das remessas gera o aumento do rendimento das famílias e, conseqüentemente, do consumo que é virado sobretudo para o sector não transaccionável. Além disso, acrescentam, “as remessas resultam num decréscimo da oferta de trabalho, o que aumenta os custos de produção do sector não transaccionável”, o que, por sua vez, “provoca o aumento dos preços no sector não transaccionável, o que é consistente com a apreciação da taxa de câmbio real”.

Um outro efeito negativo frequentemente apontado prende-se com a tendência para reduzir a oferta de trabalho por parte das famílias receptoras de remessas, uma vez que estas se acomodam a receber estas verbas sem terem de trabalhar (efeito moral). No limite, este efeito pode generalizar-se à escala nacional, funcionando as remessas como uma variável que permite colmatar problemas da balança de pagamentos. Desta forma, há o

risco de o país se sentir desincentivado a proceder a reformas no sentido da redução da dependência externa.

Autores como Chami et al. (2003) e Singh et al. (2009) consideram que o efeito das remessas no produto é negativo, argumentando que estas diminuem o esforço da população local ao provocarem uma redução da oferta de trabalho pelas famílias que recebem as remessas.

Chami et al. (2003) desenvolveram uma teoria que relaciona as causas para enviar remessas com o seu efeito na actividade económica numa amostra de 113 países durante o período de 1970 a 1998. Os autores analisaram a relação entre as remessas dos trabalhadores e a taxa de crescimento do PIB *per capita* através de uma análise *cross-section* e usando dados de painel, concluindo que há uma forte correlação negativa entre a taxa de crescimento das remessas e a evolução do produto *per capita*. Posteriormente, e para despistar eventuais problemas de endogeneidade, os autores estimaram a taxa de crescimento das remessas em função de outras variáveis, confirmando que “as remessas afectam negativamente a actividade económica”. Considerando que se trata de uma motivação altruísta e que existe informação assimétrica entre o emigrante que envia as remessas e os que as recebem, os autores concluem que existe um problema significativo de cultura de dependência (*moral hazard*), o que faz com que o impacto das remessas no crescimento seja negativo.

Uma das principais conclusões dos autores é que a cultura de dependência é um efeito das remessas com graves consequências para o crescimento económico dos países receptores, uma vez que as remessas actuam como substitutas, ou seja, os receptores tendem a usá-las como alternativa ao rendimento do seu trabalho, reduzindo o seu esforço laboral. Neste sentido, afirmam, “as remessas, pelo menos actualmente, não parecem ser uma fonte de capital significativa para o desenvolvimento económico”.

Singh et al. (2009), por seu lado, analisaram os efeitos macroeconómicos das remessas em 36 países da África Sub-sahariana desde 1990 a 2005, tendo em conta as remessas da região e da diáspora. Os autores estimaram duas equações, uma para as determinantes das remessas e outra para as determinantes do crescimento, e posteriormente, calcularam indicadores logaritmizados para o investimento e para o desenvolvimento financeiro. Singh et al. (2009) concluem que o volume das remessas é

maior nos países com maiores diásporas ou quando a diáspora está localizada em países ricos. Além disso, referem, embora o efeito das remessas no produto seja negativo, os países com boas instituições governativas são mais bem sucedidos a orientar as remessas para acelerar o crescimento económico e as economias com sectores financeiros mais desenvolvidos ou com um ambiente político estável podem travar os efeitos adversos da entrada de fluxos de remessas.

Um outro ramo da investigação indica que o impacto das remessas sobre o crescimento económico dos países de origem dos migrantes é positivo (Guiliano e Ruiz-Arranz, 2009; Acosta, 2009b; Ang, 2007; e Fayissa e Nsiah, 2008). Tal como os investigadores que defendem um efeito negativo das remessas sobre o produto, estes autores estudam a relação entre remessas e desenvolvimento do sector financeiro, consumo, investimento e importações, bem como a comparação entre as remessas e outros fluxos de transferências externas (investimento directo estrangeiro e ajuda externa) para argumentar que o efeito é positivo.

Guiliano e Ruiz-Arranz (2009) estudaram a relação entre as remessas e o crescimento, bem como a forma como o sector financeiro local influencia a capacidade do país para tirar proveito das remessas recebidas. As autoras recolheram informação relativa a mais de cem países para o período de 1975 a 2002 e, através de regressões OLS (*ordinary least squares*), concluíram que “as remessas contribuíram para promover o crescimento em países com fracos sistemas financeiros”, ao passo que, “em países com sistemas financeiros mais desenvolvidos, as remessas não parecem amplificar o seu impacto no crescimento”. As autoras referem ainda que as remessas assumem um papel de substituto dos serviços financeiros na promoção do crescimento, “ao oferecer uma resposta às necessidades de crédito e de segurança que o mercado não consegue providenciar”.

Também Acosta et al. (2009b) estudaram a relação entre as remessas e o desenvolvimento do sector financeiro, considerando também o efeito daquelas na apreciação da taxa de câmbio local. Recorrendo a dados em painel para 109 países em vias de desenvolvimento e em transição para o período de 1990 a 2003, os autores formularam um modelo econométrico desenhado para prevenir a potencial endogeneidade das variáveis explicativas. Para verificar o impacto das remessas na apreciação da moeda, foram usadas duas *proxies* para o desenvolvimento financeiro: crédito bancário em percentagem do PIB

e depósitos bancários em percentagem do PIB. Os autores introduziram ainda duas variáveis externas para prevenir uma eventual correlação entre as variáveis internas e efectuaram testes de robustez para verificar a solidez estatística dos resultados.

Neste sentido, os autores concluem que um aumento de 1 ponto percentual no rácio das remessas sobre o PIB gera uma apreciação da moeda de 0,4 pontos percentuais. No entanto, os autores verificam que, nos países com maior volume de crédito, o efeito das remessas na apreciação da moeda tende a ser menor, o mesmo se verificando quando a medida usada para o desenvolvimento financeiro é os depósitos bancários: um aumento de 1 ponto percentual no rácio das remessas sobre o PIB num país em que o crédito bancário representa 20 por cento do PIB provoca uma apreciação da moeda na ordem dos 0,422 pontos percentuais, ao passo que o mesmo aumento num país cujo crédito bancário signifique 60 por cento do PIB gera uma apreciação da moeda de apenas 0,185 pontos percentuais. Ou seja, Acosta et al. (2009b) apuraram que as remessas têm um efeito de apreciação na taxa de câmbio local, mas que esse efeito é atenuado nos países com um sistema financeiro mais desenvolvido.

Ang (2007), por seu lado, estimou o impacto das remessas no crescimento económico das Filipinas, numa análise a nível nacional e regional para o período de 1988 a 2004, recorrendo a uma regressão OLS. O autor concluiu que, a nível nacional, há uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o crescimento económico do país e as remessas recebidas. No entanto, numa análise por regiões, os resultados nem sempre apontaram no mesmo sentido, indiciando que as remessas não afectam positivamente o crescimento económico regional das Filipinas. Um dos aspectos apontados pelo investigador prende-se com o facto de a maior parte dos emigrantes filipinos serem oriundos das regiões mais desenvolvidas e urbanizadas, o que significa são também essas as regiões que recebem mais remessas. Ang (2007) refere que as remessas impulsionaram o crescimento da construção civil e que as regiões que têm mais força de trabalho no sector agrícola têm menos probabilidades de enviarem emigrantes para o estrangeiro, o que significa que “as remessas acentuam os problemas da pobreza nos países exportadores de trabalho”, gerando consumo em sectores não produtivos (como é o caso da construção).

Também Fayissa e Nsiah (2008) estudaram o impacto agregado das remessas no crescimento económico por comparação a outras fontes externas de capitais (ajuda externa

e investimento directo estrangeiro), através de um enquadramento neoclássico convencional, usando técnicas de dados de painel, com dados de 37 países africanos relativos ao período de 1980 a 2004. Os resultados alcançados indicam que um aumento de 10 por cento nas remessas de um país africano gera um aumento de 0,4 por cento no rendimento médio *per capita*. No entanto, o impacto macroeconómico da ajuda externa é negativo, ao passo que o do investimento directo estrangeiro apresenta uma relação positiva mas não significativa no crescimento económico. Os autores concluíram ainda que as remessas potenciam o crescimento económico em países cujo sistema financeiro é menos desenvolvido, fornecendo assim uma alternativa para financiar o investimento e ultrapassar as restrições de crédito do mercado doméstico.

Já Ekanayake e Mihalis (2008) analisaram o impacto das remessas e do investimento directo estrangeiro no crescimento económico nos países em vias de desenvolvimento, recorrendo a dados anuais para um amplo grupo de países na Ásia, África e América Latina e Caraíbas entre 1980 e 2006. Os autores concluíram que tanto as remessas como o investimento directo estrangeiro têm um efeito positivo no crescimento económico dos países receptores. No entanto, salvaguardam os autores, o aumento das duas variáveis pode impulsionar o crescimento apenas mediante algumas condições, como um bom sistema de mercado, um ambiente macroeconómico estável, recursos humanos qualificados e eficientes, uma estratégia orientada para as exportações e uma estrutura económica diversificada.

Um aspecto frequentemente considerado é a importância das remessas enquanto variável contra-cíclica. Ou seja, é consensual na literatura que as remessas tendem a aumentar em períodos de crise do país receptor e que, por oposição, tendem a diminuir em períodos de expansão, funcionando como um estabilizador do rendimento das famílias com menos recursos económicos, um fenómeno que se justifica também com o motivo altruísta da emigração (o migrante sai do país de origem para melhorar a condição de vida da família que permanece no país).

Nesta linha teórica, Sayan (2006) estudou o comportamento dos fluxos das remessas para 12 países em vias de desenvolvimento e respectivos ciclos económicos para o período de 1976 a 2003. O autor confirmou que, analisando os 12 países no seu conjunto, verifica-se que as remessas são um fluxo que aumenta (diminui) após um período de

contração ou estagnação (crescimento) da economia. No entanto, numa análise individual a cada país, Sayan (2006) verifica que, por vezes, as remessas são pró-cíclicas ou mesmo acíclicas em relação ao produto.

4.2. Metodologia

Neste ponto da análise, vamos cruzar séries para as remessas com diferentes séries macroeconómicas para o período entre 1975 (primeiro ano a partir do qual o Banco de Portugal regista de forma continuada dados sobre o fluxo das remessas) a 2010. As séries utilizadas são anuais e foram retiradas do Banco de Portugal. Pretendemos determinar se as séries em causa são cointegradas e/ou se há causalidade entre elas. Antes de procedermos à apresentação dos resultados, considerámos relevante enunciar e explicar primeiro os testes que aplicámos, sendo este o propósito deste tópico.

Quando trabalhamos com séries integradas, é imperativo estudar previamente as propriedades univariadas das séries individuais em análise, para depois proceder à inferência com base em modelos de regressão. Ou seja, é preciso começar por estudar a existência de raízes unitárias nas séries em causa, através de testes que permitam detectá-las. No entanto, um problema associado à regressão deste tipo de variáveis prende-se com as chamadas regressões espúrias. Para prevenir esse problema, é preciso testar a ordem de integração das variáveis (para verificar se são estacionárias ou não estacionárias), bem como o número de vezes que têm de ser diferenciadas para se obter uma série estacionária.

Para este trabalho, optámos por realizar dois tipos de testes de raízes unitárias: o Augmented Dickey-Fuller (ADF), criado por Dickey e Fuller (1979 e 1981), e o Phillips-Perron (PP), desenvolvido por Phillips e Perron (1988). Seguidamente, recorreremos ao teste de Johansen, apresentado por Johansen (1988; 1995), para verificar as relações de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis em análise e, por fim, aplicámos os testes de causalidade à Granger (Granger, 1969; Engle e Granger, 1987) para apurar se há uma relação de causalidade entre as mesmas variáveis. Vamos começar por explicar os pressupostos teóricos em que assentam estes testes, para depois proceder à análise dos resultados dos testes efectuados às séries estudadas.

O teste ADF é um teste de raiz unitária que se aplica a séries temporais, sendo uma versão aumentada do teste Dickey-Fuller (DF), usado para modelos de séries temporais

mais complicados e com uma amostra maior.

Para prevenir eventuais sinais de autocorrelação, deve usar-se uma equação de teste em que o k seja determinado por forma a que os erros tenham um comportamento próximo do de um processo de ruído branco. Neste sentido, a questão que se coloca prende-se com a escolha do melhor k , uma vez que os resultados do teste são, normalmente, muito sensíveis a esse valor. Os testes ADF têm por hipótese nula a série ser estacionária e apresentar uma raiz unitária, sendo que os resultados são obtidos através dos *p values*, onde y_t é a série em análise, considerando-se a possibilidade de existirem elementos determinísticos constante e tendência, representados, respectivamente, por a_0 e a_2t .

$$\Delta y_t = a_0 + \gamma y_{t-1} + a_2 t + \sum_{i=1}^p \beta_i \Delta y_{t-i} + u_t \quad (1)$$

O teste PP difere do ADF, na medida em que, por um lado, considera eventuais alterações que possam ter ocorrido ao longo da série e, por outro lado, permite analisar as propriedades da série sem conhecer *a priori* o momento em que essas alterações ocorreram.

Para o teste PP, é utilizado um estimador de variância de longo prazo que permite corrigir a autocorrelação dos dados. Tal como no teste ADF, no teste PP, a hipótese nula indica que a série é não estacionária e o resultado é obtido através dos *p-values*.

$$\Delta y_{t-1} = a_0 + \gamma y_{t-1} + e_t \quad (2)$$

Verificada a ordem de integração de cada variável individualmente, através dos testes de raízes unitárias, é necessário apurar se existe ou não uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis em análise, o que é feito através de testes de cointegração. Neste trabalho, foi usado o teste de Johansen que permite determinar o número de vectores de cointegração existentes entre as variáveis, testando, assim, o número de relações de cointegração.

Previamente, foi preciso determinar o lag do modelo VAR de cointegração entre as variáveis em estudo. Constrói-se um modelo VAR com as variáveis em níveis e estima-se

este modelo para um número elevado de lags que se vão reduzindo até que o número de lags é zero. O modelo que minimiza os critérios AIC e SIC é aquele que apresenta o número de lags adequado para a estimação.

Após este teste de cointegração e após a estimação de parâmetros da relação de longo prazo quando tal foi possível, efectua-se testes de causalidade à Granger, que partem do princípio de que o futuro não pode causar o presente nem o passado. Ou seja, assume-se que se o evento A ocorre depois do evento B, então A não pode causar B. Neste sentido, o teste de causalidade à Granger permite identificar eventuais relações de causalidade entre duas variáveis que apresentem uma relação de longo prazo entre si. Considerando duas variáveis estacionárias, x_t e y_t , o primeiro passo será estimar o modelo VAR dado por:

$$y_t = a_1 + \sum_{i=1}^n \beta_i x_{t-i} + \sum_{j=1}^m \gamma_j y_{t-j} + e_{1t} \quad (3)$$

$$x_t = a_2 + \sum_{i=1}^n \theta_i x_{t-i} + \sum_{j=1}^m \delta_j y_{t-j} + e_{2t} \quad (4)$$

De seguida, testam-se as significâncias estatísticas dos coeficientes, definindo os testes de hipótese:

$$H_0 : \sum_{i=1}^n \beta_i = 0, \text{ ou } x_t \text{ não causa } y_t \quad (5)$$

$$H_1 : \sum_{i=1}^n \beta_i \neq 0 \text{ ou } x_t \text{ causa } y_t \quad (6)$$

Depois, calcula-se o valor da estatística F, sendo que se este valor exceder o valor crítico, a hipótese nula é rejeitada e conclui-se que x_t causa à Granger y_t .

4.3. Estimação empírica

Apresentados os modelos seleccionados para a investigação, passamos à análise dos dados estudados, começando pelos testes de raízes unitárias e, depois, pelos testes de cointegração e de causalidade à Granger.

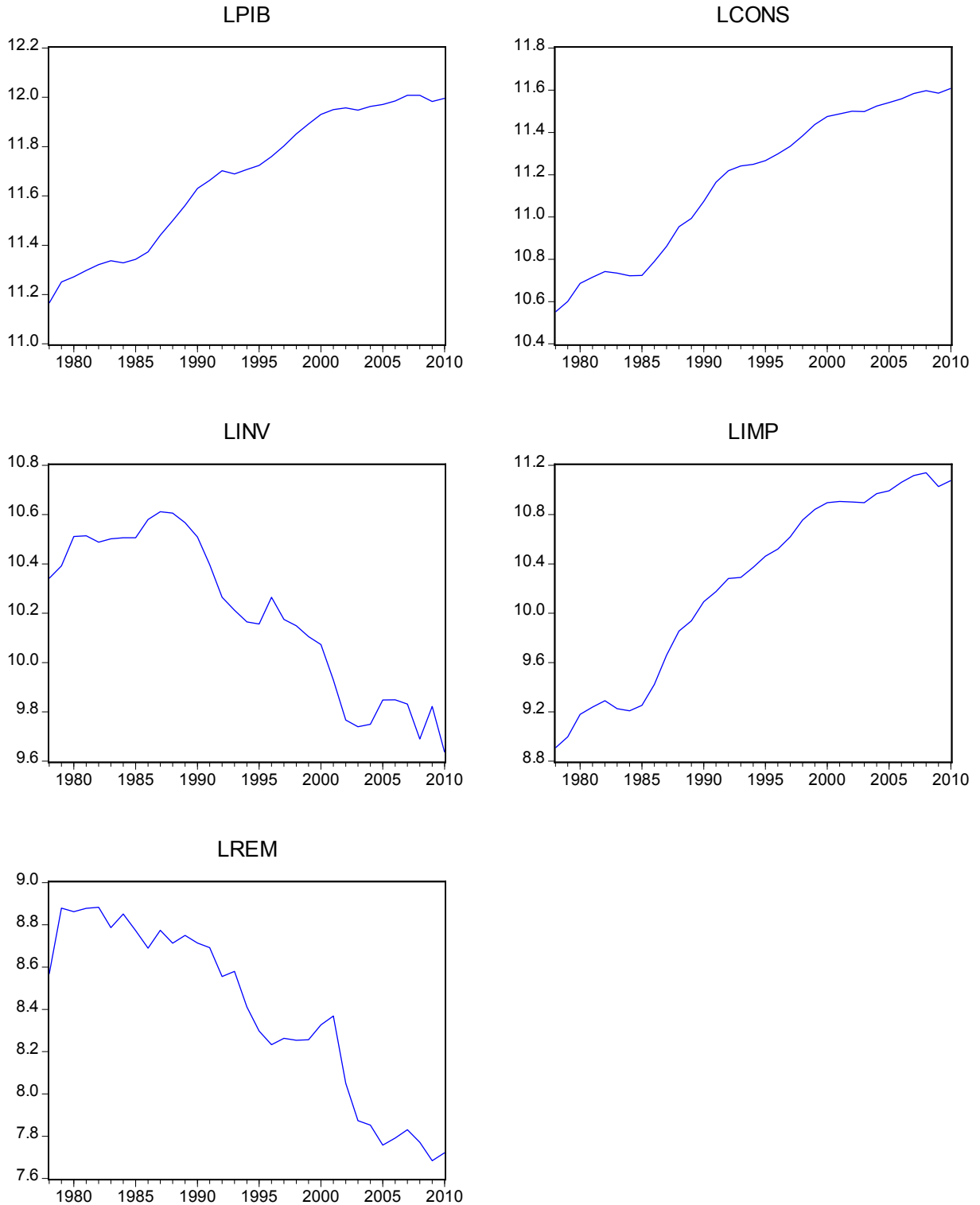
4.3.1. Análise dos Dados

As variáveis utilizadas para a estimação dos dados são: remessas, PIB, consumo, investimento e importações, sendo que todas as variáveis foram recolhidas das séries longas do Banco de Portugal. As variáveis estão todas a preços constantes de 2006 e referem-se ao período de 1978 a 2010.

Na Figura 1 encontra-se a representação gráfica dos logaritmos destas variáveis, que demonstra que – ao longo do período analisado – as variáveis PIB, consumo e importações aumentaram, ao passo que as remessas e o nível de investimento apresentam um sucessivo decréscimo.

Como estamos perante séries cronológicas, e tal como foi referido na metodologia, para estimar um modelo é indispensável verificar se as séries utilizadas são ou não estacionárias. Caso se regreda uma série não estacionária, o resultado dessa regressão pode ser espúrio e os testes estatísticos realizados aos parâmetros podem ser enviesados ou inconsistentes. Neste sentido, vamos analisar a estacionaridade das séries através dos testes ADF e PP em níveis e em primeiras diferenças. Os resultados destes testes estão apresentados nas tabelas 1 a 4.

Gráfico 10: Representação gráfica logaritmizada das variáveis em estudo



Fonte: Cálculo e execução próprios

Tabela 1: Testes de Raiz Unitária ADF (variáveis em níveis)

Variável	Estatística de teste	<i>p-value</i>
Ln PIB	-2.538360	0.1163
Ln R	0.151873	0.9648
Ln Xp	-1.630718	0.7579
Ln Cons	-2.119200	0.2388
Ln Inv	0.358503	0.9778
Ln Imp	-2.128406	0.2354

*As remessas são estacionárias em níveis quando introduzimos “*tendência e constante*”

Fonte: Cálculo e execução próprios

Tabela 2: Testes de Raiz Unitária ADF (variáveis em primeiras diferenças)

Variável	Estatística de teste	<i>p-value</i>
Ln PIB	-3.622115	0.0110
Ln R	-6.400727	0.0000
Ln Xp	-5.535575	0.0005
Ln Cons	-1.901895*	0.0556
Ln Inv	-4.627583	0.0008
Ln Imp	-3.180240	0.0309

*O consumo é estacionário em primeiras diferenças quando não se introduz “*tendência e constante*”

Fonte: Cálculo e execução próprios

Tabela 3. Testes de Raiz Unitária PP (variáveis em níveis)

Variável	Estatística de teste	<i>p-value</i>
Ln PIB	-2.041127	0.2687
Ln R	0.151873	0.9648
Ln Xp	-1.281180	0.8746
Ln Cons	-1.695460	0.4239
Ln Inv	0.358503	0.9778
Ln Imp	-2.128406	0.2354

Fonte: Cálculo e execução próprios

Tabela 4: Testes de Raiz Unitária PP (variáveis em primeiras diferenças)

Variável	Estatística de teste	<i>p-value</i>
Ln PIB	-3.661370	0.0100
Ln R	-6.566868	0.0000
Ln Xp	-10.51645	0.0000
Ln Cons	-2.752415	0.0769
Ln Inv	-4.586847	0.0009
Ln Imp	-3.011839	0.0448

Fonte: Cálculo e execução próprios

Os testes ADF e os testes PP revelam que as variáveis não são estacionárias em níveis, mas são estacionárias em primeiras diferenças, o que significa que as séries em análise são processos I(1). Uma vez estabelecidas as propriedades de não estacionaridade das séries em níveis é possível avançar para a estimação do modelo.

4.3.2. Cointegração

Remessas e Crescimento Económico

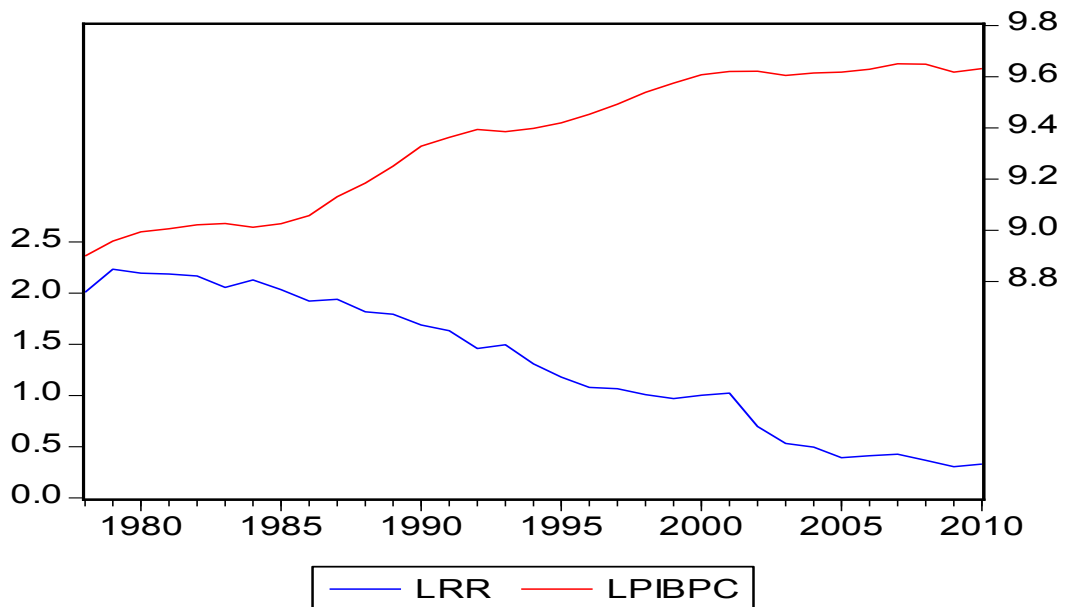
Chami et al. (2008), ao estudarem as consequências macroeconómicas das remessas, apresentam dados para 2004, onde Portugal aparece posicionado como o 11.º país receptor de reservas em termos absolutos e no 5.º lugar no que se refere às remessas enviadas, em média, pelos trabalhadores nos anos 1990-2004. No entanto, o país não está representado no grupo dos 20 primeiros países no rácio das remessas sobre o PIB. Estes dados apontam para a necessidade de perceber a importância das remessas no crescimento económico português, seguindo a linha da literatura desenvolvida por Glytsos (1973), Solimano (2003), Bendixen and Associates (2003), Ratha (2007), Ratha e Mohapatra (2007).

As remessas foram diminuindo gradualmente entre 1978 e 2010, enquanto o PIB aumentou de forma sustentada para o mesmo período. Espera-se, portanto, que as variáveis

possam estar relacionadas, mas não que essa relação seja positiva. Em Portugal, as remessas parecem funcionar como uma variável contra-cíclica, uma vez que foram maiores quando a economia apresentava níveis de rendimento inferiores, sendo progressivamente eliminadas à medida que a economia crescia e a população melhorava generalizadamente o seu nível de vida, confirmando as ideias defendidas na literatura.

Vamos estimar dois modelos. Num primeiro modelo relaciona-se directamente o PIB com o nível das remessas. Um segundo modelo relaciona o PIB *per capita* com o rácio das remessas no PIB (RRem). A intuição económica subjacente a esta opção prende-se com a ideia de que, ao analisar o crescimento económico, se pretende avaliar a evolução do nível de vida de um país e que este é dado pelo seu produto *per capita* (estas duas últimas variáveis estão representadas no Gráfico 10).

Gráfico 11: Representação gráfica logaritmizada da evolução do rácio das remessas sobre o PIB e sobre o PIB *per capita*



Fonte: Cálculo e execução próprios (a partir de dados do Banco de Portugal)

Pretendemos verificar se cada duas variáveis apresentam uma combinação linear, isto é, se se deslocam em conjunto no longo prazo. Por outras palavras, pretendemos aferir se as duas variáveis obedecem a uma relação de equilíbrio de longo prazo. Recorremos ao

modelo de cointegração de Johansen, que é aquele que mais se adequa ao comportamento conjunto das variáveis, na medida em que não só permite calcular a relação de longo prazo, como também determinar diferentes coeficientes de velocidade de ajustamento. Neste caso, temos um modelo com apenas duas variáveis e, como tal, pretendemos verificar se existe um único vector de cointegração.

Começamos por verificar se existe cointegração entre as variáveis remessas e PIB, para depois estudar a relação entre o PIB *per capita* e o rácio das remessas sobre o PIB. Como vimos na metodologia, um primeiro passo para estudar a existência de cointegração utilizando o método de Johansen consiste em determinar o lag do modelo VAR subjacente ao modelo de cointegração entre as variáveis.

O teste ao número de lags revelou que o VAR para o PIB e para as remessas apresenta um lag de 4 períodos. Os resultados deste teste podem ser consultados na Tabela 5. Procedemos, depois, à determinação do modelo adequado entre as possibilidades apresentadas pelo método de estimação de Johansen. De acordo com o critério SIC, o modelo de cointegração de Johansen a aplicar entre as variáveis é o modelo com uma constante mas sem tendência na equação de cointegração (componente de longo prazo) e sem componentes determinísticas no VAR. Os resultados para a escolha do modelo podem ser vistos no Anexo B (Tabela B1). A mesma Tabela demonstra ainda que a estatística traço indica a existência de uma relação de cointegração.

Tabela 5: Número de lags do modelo de cointegração - PIB e remessas

Número de lags	AIC	SIC
1	-6.755001	-6.480176
2	-6.990429	-6.527853
3	-7.262102	-6.608210
4	-6.743988	-5.697256

Fonte: Cálculo e execução próprios

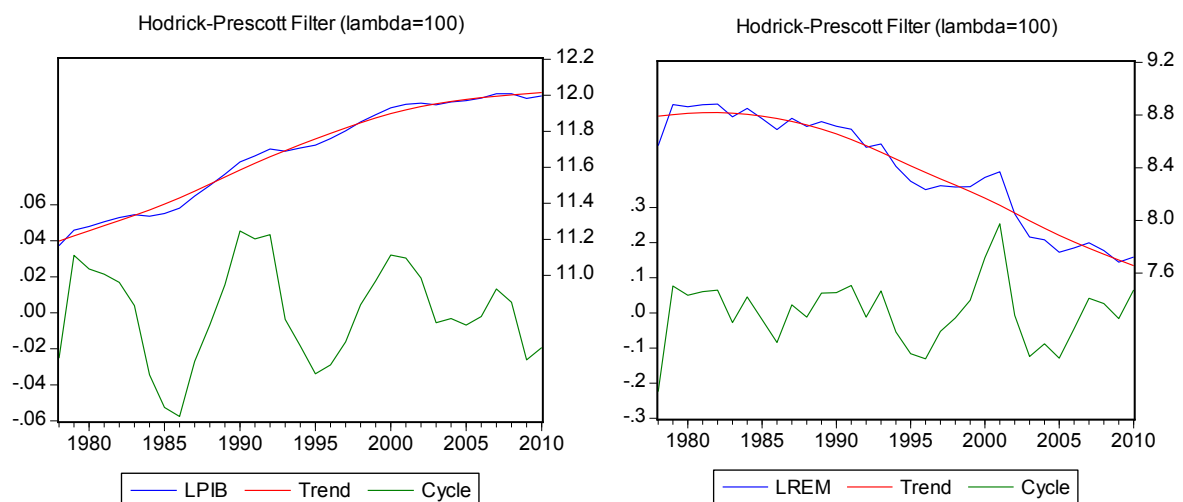
Aplicando este modelo, a relação de cointegração estimada foi a seguinte, sendo que os valores entre parêntesis representam as estatísticas $-t$.

$$PIB_t = 17.51753 - 0.719882Rem_t \quad (12.9107) \quad (7)$$

Daqui concluímos que as remessas são significativas, ou seja, apresentam uma relação de longo prazo com o PIB português, mas essa relação de equilíbrio é negativa: as remessas diminuem 1 por cento e o PIB cresce cerca de 0,72 por cento. A intuição económica que se pode avançar para explicar os resultados obtidos é que as remessas terão sido uma “almofada” para os períodos económicos conturbados (e não tanto que tenham tido um contributo negativo sobre o PIB português). Naturalmente, esta função de “amortecedor” das remessas foi sendo atenuada à medida que a economia portuguesa foi crescendo e, por conseguinte, melhorando o nível de vida da população.

Note-se, contudo, que ao aplicarmos o filtro Hodrick-Prescott às séries do PIB e das remessas, a evolução decomposta das mesmas revela que há claramente uma tendência crescente para o PIB português, verificando-se uma tendência decrescente para as remessas.

Gráfico 12: Filtros de Hodrick-Prescott para PIB e Remessas



Fonte: Cálculos próprios

Observando a evolução do ciclo de cada uma destas variáveis (representada pela linha verde no Gráfico 11), constata-se que os ciclos das duas variáveis não se acompanham necessariamente, o que significa que as variáveis não são contra-cíclicas no sentido definido pela literatura dos ciclos económicos. Reforçam-se assim duas ideias já anteriormente referidas: as remessas existiram num período de carência da economia portuguesa, tendo sido progressivamente reduzidas à medida que se desenvolvia o sistema de segurança social e entravam fundos comunitários no país; e, por outro lado, as remessas foram sendo progressivamente reduzidas com a redução do fluxo migratório que sabemos ter-se verificado ao longo do período em análise.

De seguida, e utilizando a mesma metodologia, procedemos à análise da existência de uma relação de longo prazo entre o PIB *per capita* e o rácio das remessas sobre o PIB, para reforçar a percepção de qual o peso das remessas como um todo no crescimento da economia portuguesa no período em causa. O PIB *per capita* é uma variável mais próxima do conceito de desenvolvimento e o rácio das remessas no PIB dá-nos uma melhor percepção do seu peso enquanto fonte de financiamento da economia. Para este novo modelo, o estudo ao lag óptimo do modelo de cointegração revelou que este é igual a 1 segundo o critério AIC, e igual a 4 de acordo com o modelo SIC (Tabela 6).

Tabela 6: Número de lags do modelo de cointegração – PIB *per capita* e RRem

Número de lags	AIC	SIC
1	-6.606327	-6.331501
2	-6.977563	-6.514986
3	-7.016739	-6.362846
4	-6.737225	-5.888559

Fonte: Cálculo e execução próprios

Optou-se por seguir um lag de 1, tendo em conta os resultados de cointegração seguintes. Para o lag de 1, o critério AIC escolhe dois modelos (Tabela 13) sendo que

ambos têm constante na relação de curto prazo e na relação de longo prazo, mas um é com tendência e outro sem tendência na relação de cointegração. Já o critério SIC indica que o modelo de cointegração é mais simples em x componentes determinísticas, sendo aquele que tem uma constante mas sem tendência na equação de cointegração e sem constante nem tendência no VAR. Como a observação empírica das variáveis sugere que as mesmas possam ter tendência, optou-se por seguir o modelo que está representado na segunda coluna da Tabela por ser aquele para o qual as estatísticas de traço e máximo Eigenvalue indicam a existência de uma relação de cointegração (Anexo B, Tabela B2).

Assim, a equação estimada foi:

$$PIBpc_t = 12.09878 - 0.431856RRem_t \quad (8)$$

(13.3178)

Note-se que a nova equação estimada apresenta o mesmo sinal negativo para a relação entre remessas e PIB. Contudo, o valor estimado caiu agora em termos absolutos para quase metade (0.43), reflectindo um impacto menos negativo do rácio das remessas no PIB *per capita* face à análise anterior que relacionava o volume total de remessas com o PIB real.

Estabelecida a existência de cointegração entre as variáveis e parametrizada a respectiva relação de longo prazo, avançamos para a análise da existência de causalidade estatística entre as variáveis aplicando o teste de causalidade à Granger. Aplicámos este teste primeiro às variáveis PIB e remessas para depois empregarmos a mesma técnica ao PIB *per capita* e ao rácio das remessas sobre o PIB. Os resultados são semelhantes nos dois casos. O PIB causa estatisticamente o montante das remessas, mas o inverso não se verifica. Também o nível do PIB *per capita* tem influência estatística sobre o rácio das remessas no PIB, mas não se consegue estabelecer a causalidade estatística inversa. Estes resultados, mais uma vez, parecem suportar a ideia de que o crescimento económico português tornou as remessas progressivamente dispensáveis ao longo do tempo, ou seja, os fluxos das remessas responderam às flutuações do PIB, mas o PIB não parece depender estatisticamente das remessas (Tabela 7).

Tabela 7: Causalidade à Granger – Remessas, PIB, RRem, PIB *per capita*

	Estatística-F	Probabilidade
LPIB não causa à Granger LRem	6.55365	0.00496
LRem não causa à Granger LPIB	0.02528	0.97506
LPIBpc não causa à Granger LRR	4.79297	0.01691
LRR não causa à Granger LPIBpc	0.32743	0.72371

Fonte: Cálculo e execução próprios

Remessas, Consumo e Investimento

Glyson (2001) analisa um modelo estrutural em que verifica o efeito das remessas, associadas ao PIB, sobre o consumo, o investimento e as importações. Ahmed e Uddin (2009), por sua vez, relacionam o crescimento económico do Bangladesh com a sua balança comercial, analisando o papel das remessas no crescimento económico em complemento com as importações e as exportações. O nosso objectivo aqui é mais simples, apenas aplicando a análise da cointegração a pares de séries cronológicas – as remessas e cada um destes importantes agregados macroeconómicos. Embora não conseguindo determinar uma influência positiva das remessas no crescimento económico português, pretendemos, no entanto, averiguar se é possível estabelecer essa relação com algumas componentes do produto nacional, como o consumo e o investimento.

Remessas e Consumo

Não tendo as remessas um papel directo no crescimento económico, podem, no entanto, ter facilitado o consumo agregado das famílias portuguesas. A análise que se segue procura estabelecer a existência de uma relação de longo prazo entre estas duas

variáveis para a economia portuguesa. Estima-se uma regressão semelhante às anteriores partindo da constatação de que o consumo é também uma variável I(1) (Ver Tabelas 1 a 4). Pretende, portanto, perceber-se qual a resposta do consumo a uma variação percentual nas remessas enviadas pelos emigrantes portugueses.

A análise visa cruzar as variáveis consumo e remessas totais, mas também o consumo e o rácio das remessas sobre o PIB, sendo que seguimos os mesmos passos que nas estimações anteriores. Sabendo que todas estas variáveis são processos I(1), começamos por determinar o lag óptimo do modelo VAR utilizado no VECM, que revelou que, em qualquer um dos casos analisados, este é igual a 1; enquanto o critério SIC indica um critério de 4 (Tabelas 1 a 4). Perante esta ambiguidade, seguimos novamente o procedimento adoptado para análise da relação de longo prazo entre o PIB *per capita* e o rácio das remessas sobre o PIB, testando o modelo de cointegração adequado à estimação com os diferentes lags possíveis e tirando ilações, quer das estatísticas que nos permitem detectar a existência de cointegração (traço e Eigenvalue máximo), quer dos critérios AIC e SIC, mas comparados para a escolha do modelo (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8: Lags para Consumo e Remessas

Número de lags	AIC	SIC
1	-6.216594	-5.941768
2	-6.573284	-6.110707
3	-6.528021	-5.874129
4	-6.294331	-5.445665

Fonte: Cálculo e execução próprios

Tabela 9. Lags para Consumo e do RRem

Número de lags	AIC	SIC
1	-6.322657	-6.047832
2	-6.614065	-6.151488
3	-6.552141	-5.898249
4	-6.324481	-5.475815

Fonte: Cálculo e execução próprios

Testado o modelo de cointegração considerando os dois lags sugeridos pelos critérios de AIC e SIC, constatámos que não existe uma relação de cointegração entre consumo e remessas. Os mesmos testes para o modelo que relaciona o consumo com o rácio das remessas no PIB indicou exactamente o mesmo resultado. Nos poucos casos em que as estatísticas indicavam a existência de uma relação de cointegração, os critérios AIC e SIC não seleccionavam o respectivo modelo (Anexo B, Tabelas B3 a B6).

Remessas e Investimento

Outro factor frequentemente apontado como beneficiando do efeito remessas é o investimento. Esta hipótese é testada no mesmo quadro metodológico em que foram testados o PIB e o consumo. Numa primeira fase – e constatando-se que as variáveis são todas processos $I(1)$ – testa-se a existência de cointegração entre as variáveis. O lag óptimo a introduzir no modelo é, mais uma vez, de 1 pelo critério AIC, ao passo que, para o critério SIC, o lag é de 4 (investimento e remessas), como se pode confirmar na Tabela 10. O modelo de cointegração escolhido pelos critérios Akaike e Schwartz é o que apresenta tendência e constante na relação de cointegração e constante no VAR. O mesmo modelo é escolhido quando se considera um lag de 4 períodos. Em qualquer dos casos, as estatísticas indicam a existência de cointegração (com excepção da estatística máximo Eigenvalue, no modelo com lag = 4). Os resultados dos referidos testes estão reproduzidos nas Tabelas B7 e B8 do Anexo B.

Tabela 10: Lags para Investimento e Remessas

Número de lags	AIC	SIC
1	-3.965582	-3.690757
2	-4.389952	-3.927376
3	-4.566698	-3.912806
4	-4.464179	-3.615512

Fonte: Cálculo e execução próprios

A equação estimada (para o lag = 1) produz os seguintes resultados:

$$Inv_t = -23.57422 + 0.140942t + 3.736491Rem_t \quad (9)$$

(6.76432) (7.99662)

Dos resultados encontrados, concluímos que as remessas parecem ter tido um efeito positivo sobre o investimento. Uma variação de 1 ponto por cento nas remessas terá contribuído para uma variação de quase 4 por cento no investimento (3,73). Ressalvamos, contudo, que esta variação das remessas, como podemos detectar na análise gráfica, terá sido sempre de decréscimo (negativa), esperando-se, assim, que o resultado sobre o investimento também seja de queda (ou seja, acompanha a evolução das remessas). Naturalmente, as duas séries apresentam uma tendência decrescente, o que justifica a sua evolução conjunta.

Este é um resultado que converge com alguma da literatura já citada (Solimano, 2003; Léon-Ledesma e Piracha, 2004; Ratha, 2007), segundo a qual as remessas podem apresentar um resultado indirecto positivo no crescimento económico dos países de destino dos migrantes, por via do investimento. Léon-Ledesma e Piracha (2004), por exemplo, afirmam que, no caso da Europa de Leste, as remessas têm um efeito positivo tanto na produtividade como no emprego, através dos efeitos indirectos que exercem sobre o investimento. De todo o modo, ressalvamos que, tal como aponta a literatura, os efeitos das remessas sobre o investimento (e portanto no produto) estão dependentes nomeadamente

da produtividade do migrante no momento da saída do país de origem, entre outros factores. A aplicação do mesmo modelo mas agora relacionando o investimento com o rácio das remessas sobre o PIB resulta na escolha do mesmo lag de 1 pelo critério AIC e 4 seguindo o critério SIC (Tabela 11).

Tabela 11: Lags para Investimento e o RRem

Número de lags	AIC	SIC
1	-3.987498	-3.712672
2	-4.383338	-3.920762
3	-4.469596	-3.815704
4	-4.241110	-3.392444

Fonte: Cálculo e execução próprios

Nas Tabelas B9 e B10 do Anexo B apresentam-se os resultados do teste do modelo de cointegração adequado. Estes testes indicam que, ao considerar um lag 4, há cointegração sendo o modelo escolhido o modelo com constante no VAR e na equação de cointegração e sem qualquer outro componente determinístico. Os resultados de estimar este modelo são representados pela equação seguinte:

$$Inv_t = 9.563051 + \underset{(15.6568)}{0.502743} RRem_t \quad (10)$$

Estimou-se ainda a causalidade à Granger entre estas variáveis, tendo-se concluído, como se pode ver na Tabela 12, que há uma causalidade nos dois sentidos. O investimento apresenta causalidade estatística sobre as remessas e também as remessas apresentam causalidade estatística sobre o investimento. De acordo com este resultado, pela primeira vez, detectamos que as remessas influenciam o comportamento da economia portuguesa, através do investimento, que é um dos principais elementos do produto. Os resultados indicam que a queda das remessas provocou uma diminuição no investimento, mas

também que estas duas variáveis apresentam causalidade estatística bi-direccional. Neste sentido, podemos concluir que um aumento das remessas poderá ter um impacto positivo no investimento. No entanto, salvaguardamos que esta é uma hipótese contra-factual, uma vez que, no período em análise, a evolução das remessas foi de decréscimo.

Tabela 12: Causalidade à Granger – Remessas e Investimento

	Estatística-F	Probabilidade
LI não causa à Granger LRem	8.38455	0.00060
LRem não causa à Granger LI	3.35888	0.03625

Fonte: Cálculo e execução próprios

Remessas e Importações

Pode ainda analisar-se até que ponto as remessas podem ter contribuído para manter o nível de importações da economia portuguesa. Nesse sentido, pode estimar-se o mesmo tipo de regressão, sendo agora a variável endógena as importações, também uma variável I(1). Começa por determinar-se o lag óptimo para um VAR de uma equação de cointegração de acordo com o método de Johansen agora entre as importações e as remessas, verificando-se que, de acordo com o critério AIC, o lag óptimo corresponde a 4 (Tabela 13).

Tabela 13: Lag óptimo para Importações e Remessas

Número de lags	AIC	SIC
1	-4.289655	-4.014830
2	-4.473003	-4.010426
3	-4.498161	-3.844269
4	-4.414471	-3.565805

Fonte: Cálculo e execução próprios

Os testes efectuados ao modelo de cointegração mais adaptado entre estas variáveis revelaram que as mesmas não são cointegradas, pelo que não é possível estabelecer uma relação de longo prazo entre ambas. Analisa-se ainda a relação entre importações e o rácio das remessas sobre o PIB. O lag a introduzir no modelo de acordo com o critério de Akaike é agora 1, ao passo que, de acordo com o critério SIC o lag óptimo é 4 (Tabela 14).

Tabela 14: Lag óptimo para Importações e RRem

Número de lags	AIC	SIC
1	-4.437795	-4.162970
2	-4.538628	-4.076052
3	-4.517289	-3.863397
4	-4.418817	-3.570151

Fonte: Cálculo e execução próprios

Quando se analisa o modelo de cointegração mais adequado ao tratamento desta relação, constata-se, contudo, que as variáveis também não são cointegradas, não sendo possível determinar uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as mesmas Anexo B, Tabela B11).

Outras variáveis

Para perceber o impacto das remessas no crescimento económico do país, podíamos também ter feito uma análise com outras combinações de variáveis, como por exemplo as exportações, o nível salarial ou ainda a taxa de desemprego. No entanto, e tendo em conta que o período temporal em causa é curto para estudar séries anuais e que o que interessa para esta investigação é apenas a análise de um país, optámos por não o fazer. Contudo, na Conclusão, apresentamos algumas pistas de investigação futura, as quais fomos identificando ao longo deste estudo, mas que ficaram fora deste trabalho, seja porque divergem do objecto de análise, seja porque nos confrontámos com a limitação da falta de dados estatísticos.

5. Conclusão

Numa altura como aquela que Portugal vive actualmente, em que, devido aos graves problemas económicos (que levaram à intervenção externa) e sociais, a emigração tem registado um novo aumento – o que se reflecte também na entrada de remessas – torna-se ainda mais importante estudar o fenómeno, bem como o seu impacto no crescimento da economia. Tendo em conta que a literatura aponta que estes fluxos estão muito associados às economias de baixos rendimentos, esta é uma questão que a crise económica e financeira mundial vai levantar. No caso de Portugal, isso já está a verificar-se com o aumento crescente das saídas de homens jovens qualificados, mas também cada vez mais mulheres com elevados graus de instrução. Com o aumento da emigração, é expectável que dispare também o fluxo das remessas recebidas pelo país, pelo que importa perceber qual o significado disto em matéria de crescimento económico.

Tendo como ambição apresentar uma imagem tão clara quanto os dados permitem traçar da emigração portuguesa das duas últimas décadas e perceber os efeitos da emigração (por via do envio de remessas) no desempenho da economia do país, podemos afirmar que foi possível cumprir, pelo menos em parte, os objectivos traçados.

Neste sentido, a primeira conclusão desta investigação é que o fluxo emigratório português é composto sobretudo por homens no início da idade activa (à semelhança do que se verificava nas décadas de ouro do crescimento do país), que detêm um maior grau de escolarização e que tendem a ficar no país de destino durante menos de um ano, sendo os principais destinos os países mais desenvolvidos da Europa.

Neste trabalho, concluímos ainda que, para o período analisado, as remessas funcionaram como um amortecedor durante as fases de conturbação da economia e que foram decrescendo à medida que se reduziu o fluxo migratório, mas também à medida que o nível de rendimento da economia aumentava, diminuindo, assim, a dependência das famílias das transferências externas ou substituindo-as por fluxos institucionais como os fundos estruturais europeus. Neste sentido, estabelecemos uma relação de longo prazo entre a variável PIB e o fluxo das remessas, mas uma relação negativa. Concluímos ainda

que o PIB parece causar estatisticamente as remessas, sendo que a relação inversa não se verifica, o que reforça a ideia de que as remessas entram na economia portuguesa nos períodos de carência, em resposta aos movimentos do PIB, ao passo que o PIB não parece responder às alterações no volume de remessas.

Não conseguimos, contudo, estabelecer uma relação de longo prazo entre as variáveis consumo e remessas, o que sugere que as mesmas terão servido para mais do que simplesmente garantir níveis de consumo mais elevados para as famílias portuguesas.

Os resultados apontam também para a existência de uma relação de longo prazo positiva entre remessas e investimento, tendo sido identificada uma evolução negativa destas duas variáveis ao longo de todo o período analisado. Além disso – e talvez mais importante – é o facto de as variáveis apresentarem uma causalidade bi-direccional (as remessas causam à Granger o investimento e o investimento causa à Granger as remessas), o que pode significar que, supondo que teria ocorrido um aumento das remessas (hipótese contra-factual), este poderia ter tido um impacto positivo no investimento, permitindo estabelecer um canal entre as remessas e o crescimento económico. Sendo o investimento um dos principais componentes do produto, poderá haver um contributo positivo das remessas sobre o PIB, por via desta variável. Contudo, no caso da economia portuguesa e tendo em conta os resultados obtidos com esta estimação, deduz-se que a relação terá funcionado em sentido inverso: um baixo nível de investimento terá levado a uma diminuição do envio de remessas, o que, por sua vez, terá contribuído para reduzir ainda mais o investimento.

Tal como ocorreu com a variável consumo, também não foi possível estabelecer uma relação de longo prazo entre as variáveis importações e remessas, pelo que, apesar de ser conhecida a tese de que as remessas permitiram sistematicamente equilibrar a Balança de Transações Correntes portuguesa (actual Balança Corrente), não conseguimos demonstrar que os fluxos de remessas tenham permitido financiar as importações, nomeadamente as de maquinaria e outros bens de capital indispensáveis ao processo produtivo e, portanto, fundamentais nos processos de crescimento económico como aquele a que a economia portuguesa assistiu no mesmo período.

Embora tenhamos tentado dar um contributo no sentido de compreender melhor a composição do fluxo emigratório português, bem como o seu impacto no crescimento do

país (via remessas), o tema não se esgota nestas páginas. Na verdade, ao longo da investigação, deparámo-nos com algumas questões cujas respostas não estudámos, mas que consideramos merecedoras de análise futura.

A primeira pista de investigação que gostaríamos de apontar prende-se com um ramo da literatura que conclui que as remessas têm um efeito positivo sobre o crescimento económico dos países, através dos efeitos indirectos na produtividade do trabalho. Este é um estudo que não está feito para o caso de Portugal e cujas conclusões merecem reflexão. Trata-se também de uma abordagem que optámos por não incluir neste trabalho, tendo em conta, por um lado, os objectivos específicos que nos propusemos (que são outros) e, por outro, a limitação dos dados com que fomos confrontados ao longo de toda a investigação.

Falta comparar o impacto das remessas no crescimento económico de Portugal com o de outros países da Europa do Sul, por forma a detectar se nestes países – similares em tantos aspectos, desde os culturais aos económicos – o efeito das remessas é semelhante ou não e quais as razões para tal.

Falta ainda estudar a relação de equilíbrio de longo prazo entre as remessas e as exportações e importações, fazendo uma distinção sectorial. Desta forma, será possível perceber em que sectores da actividade económica as remessas têm mais ou menos impacto.

Finalmente, apontamos ainda uma última pista de investigação relativa às causas da emigração. Consideramos que seria relevante estudar a relação entre as quebras no ciclo económico (que geram desemprego) e as perspectivas de diferencial de salário nos países de destino preferenciais dos emigrantes portugueses para perceber qual o motivo que pesa mais na decisão de emigrar: a taxa de desemprego ou baixo nível salarial, associado à perspectiva de obter um rendimento superior no exterior. Este foi um estudo que não realizámos, por um lado, por ser fora do âmbito da análise que nos propusemos e, por outro, pela limitação dos dados existentes, um problema transversal a todo o trabalho e que é também apontado por vários autores.

Bibliografia

- Acosta, P., Lartey, E. K. K., e Mandelman, F. S. (2009a), *Remittances and the Dutch Disease*, Federal Reserve Bank of Atlanta, Working Paper 2007-8a
- Acosta, P., Calderón, C., Fajnzylber, P. e Lopez, H. (2009b), *What is the Impact of International Remittances on Poverty and Inequality in Latin America*, World Bank Policy Research, Working Paper 4249
- Adams, R. H. e Page, J. (2006), *Do International Migration and Remittances Reduce Poverty in Developing Countries?*, World Development, Vol. 33, pp. 1645-1669
- Ahmed, H.A., Uddin, M.G.S. (2009), *Export, imports, remittance, and growth in Bangladesh: an empirical analysis*”, Trace and Development Review, 2(2), pp. 79-92
- Amaral, J. F. (2006), *O Impacto Económico da Integração de Portugal na Europa*, in Nação e Defesa, N.º 115, 3.ª série, pp. 113 - 128
- Ang, A. P. (2007), *Worker's Remittances and Economic Growth in the Philippines*, Social Research Center, University of Santo Tomas
- Arroteia, J. C. (1983), *A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição*, Lisboa, ICALP
- Arroteia, J. C. (2001), *As comunidades portuguesas no mundo*, Janus, pp 136-137
- Asteriou, D. e S. D. Hall (2007), *Applied Econometrics: A modern Approach*, Palgrave MacMillan, London
- Baganha, M. I. (1991), *Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração*, Análise Social, XXVI(112-113), pp. 723-739.
- Baganha, Maria Ioannis (1994), *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*, Análise Social, XXIX(128), pp. 959-980.
- Baganha, Maria Ioannis (2003), *From closed to open doors: Portuguese emigration under the Corporatist Regime*, e-Journal of Portuguese History, 1(1), 2003, pp. 1-16

- Banco Mundial, in <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/0,,contentMDK:21924020~pagePK:5105988~piPK:360975~theSitePK:214971,00.html>
- Barajas, A., Chami, R., Fullenkamo, M. G. e Montiel, P. (2009), *Do Workers Remittances Promote Economic Growth?*, IMF Working Paper 09/153
- Beine, M., Docquier, F. e Rapoport, Hillel (2001), *Brain Drain and Economic growth: theory and evidence*, Journal of Development Economics, Vol. 64, pp. 275–289
- Beine M., F. Docquier, e H. Rapoport (2003), *Brain drain and LDCs' growth: winners and losers*, IZA Discussion Paper n.º 819, IZA
- Bendixen and Associates (2003), *Receptores de remesas en Ecuador: Una investigación del mercado*, Quito
- Chami, R., Fullenkamp, C. e Jahjah, S. (2003), *Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?*, IMF Working Paper/03/189
- Chami, R., Barajas, A., Cosimano, T., Fullenkamp, C., Gapen, M. e Montiel, P. (2008), *Macroeconomic Consequences of Remittances*, IMF, Occasional Paper 259
- Chimbowu, A., Piesse, J., Pinder, C.(2003), *The Socio-economic Impact of Remittances on Poverty Reduction*, King's College, University of London
- Chowdury, M. B. e Rabbi, F. (2011), *Workers' Remittances and Real Exchange Rate in Bangladesh: A Cointegrated Analysis*, School of Economics and Finance, University of Western Sydney
- De Haas, H. (2007), *Remittances, Migration and Social Development: A Conceptual Review of Literature*, Social Policy and Development Programme Paper Number 34, October 2007
- Dickey, D. A. e Fuller, W. A. (1979), *Distribution of the estimator for autoregressive time series with a unit root*, Journal of the American Statistical Association, v. 74, pp 427-431
- Docquier, F., E. Lodigiani, H. Rapoport e M. Schiff (2009), *Migration and home-country institutions and governance*, Mimeo., Banco Mundial
- Dumont, Jean-Christophe; Spielvogel, Gilles, Widmaier, Sarah, *International Migrants in Developed, Emerging and Developing Countries: An Extended Profile*,

OECD Social, Employment and Migration Working Papers No.114, in www.oecd.org/els/workingpapers

- Ebeke, C. (2012), *Do Remittances Lead to a PublicMoral Hazard in Developing Countries? An Empirical Investigation*, Journal of Development Studies, pp 1-17
- Eckstein, S. 2004, *Dollarization and its discontents: Remittances and the remaking of Cuba in the post- Soviet era*, Comparative Politics, Vol. 36, No. 3, pp. 313–330
- Ekanayake, E. M. e Mihalís, H. (2008), *Do remittances and foreign direct investment promote growth? Evidence from developing countries*, Journal of International Business and Economics, 8(1)
- Engle, W. e Granger, C. W. J. (1987), *Cointegration and Error correction: representation, estimation and testing*, Econometrica, Chicago, V. 55, p. 251-276
- Faini, R. (2007), *Remittances and the Brain Drain: Skilled Migrants Remit More?*, The World Bank Economic Review, Vol 21, N.º 2, pp. 177-191
- Faustino, H., Peixoto, J. e Baptista, P. (2009), *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*, Lisboa, ACIDI/ IP
- Fayissa, B. e Nsiah, C. (2008), *The Impact of Remittances on Economic Growth and Development in Africa*, Department of Economics and Finance Working Paper Series, Middle Tennessee State University
- FMI, 2006, *Balance of Payments Statistics Yeakbook*
- Glytsos, N.P. (1993), *Measuring the Income Effects of Migrant Remittances: A Methodological Approach Applied to Greece*, Economic Development and Cultural Change, Vol. 42 (1), pp. 131-168
- Glytsos, N. P. (2001), *Dynamics Effects of Migrant Remittances on Growth: An Econometric Model with an Application to Mediterranean Countries*, Center of Planning and Economic Research
- Gytsos, N. P. (2005), *The Contribution of Remittances to Growth: A Dynamic Approach and Empirical Analysis*, Journal of Economic Studies, Vol. 32, n.º 6, pp 468-496
- Granger, C. W. J. (1969), *Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral models*, Econometrica 34, pp. 541-551
- Guiliano, P. e Ruiz-Arranz, M. (2009), *Remittances, financial development and*

growth, Journal of Development Economics, 90

- Hagen-Zanker, J. (2008), *Why do people migrate? A review of literature*, MPRA Paper No. 28197
- INE (2010), *Estatísticas Demográficas 2009*
- INE (2011), *Estimativas Anuais da Emigração 2010*
- Johansen, S. (1988), *Statistical analysis of cointegration vectors*, Journal of Economic Dynamics and Control 12, pp. 231-251
- Johansen, S. (1995), *Likelihood-based inference in cointegrated vector autoregressive models*, New York: Oxford University Press
- Kapur, D. (2004), *Remittances: The New Development Mantra?*, UN G24 Discussion Paper Series, No. 29, April 2004
- Ketkar, S. e D., Ratha (2001), *Development Financing During a Crisis: Securitization of Future Receivables*, World Bank, Policy Research Working-Paper 2582
- Kireyev (2006), *The Macroeconomics of Remittances: The Case of Tajikistan*, IMF Working Paper, WP/06/2
- Lee, E. (1966). *A theory on migration*, Demography 3(1): 47–57
- León-Ledesma, M. e Piracha, M (2004), *International Migration and the Role of Remittances in Eastern Europe*, International Migration, 42(4), pp. 65-84
- Marques, J. C. e Góis, P., *Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia*, in Peixoto, J. (org.) (Abril 2008), Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho, n.º2, Lisboa, ACIDI, pp. 73-94
- Malheiros, Jorge (2011), *Portugal 2010: o regresso do País de emigração?*, Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011, in. http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3
- Marques, M. e Rosa, J. V. (2003), *L'intégration des immigrés au Portugal*, Sociologia, Problemáticas e Práticas, n.º 41, pp. 9-36
- Massey, D. (1990), *Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration*, Population Index 56(1), pp. 3–26
- Massey, D., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. & Taylor, J.E. (1993), *Theories of international migration: A review and appraisal*, Population

and Development Review 19(3), pp. 431–466

- Bollard, A., McZenkie, D., Morton, M. e Rapoport, H. (2009), *Remittances and the Brain Drain Revisited: The microdata show that more educated migrants remit more*, Centre for Research and Analysis of Migration, Discussion Paper Series n.º 26
- Medina, C. e Cardona, L. (2010), *The Effects of Remittances on Household Consumption, Education Attendance and Living Standards: the Case of Colombia*, *Lecturas de Economía*, n.º 72, Medellín
- Mountford, A. (1997), *Can a brain drain be good for growth in the source economy?*, *Journal of Development Economics*, 53, 2, pp. 287-303
- Niimi, Y., Ozden, C., Schiff, M. (2008), *Remittances and the brain drain: Skilled migrants do remit less*, Institute for the Study of Labor, Discussion Paper No. 3393, March 2008
- OCDE (2006), *International Migrant Remittances and their Role in Development*, in *International Migration Outlook 2006*, SOPEMI 2006 Edition
- OCDE (2010), *International Migration Outlook 2009*, Directorate for Employment, Labour and Social Affairs
- OCDE (2011), *The Output of Educational Institutions and the Impact of Learning*, in *Education at a Glance 2011*, pp. 29-42
- OCDE (2012), *International Migration Outlook 2012*, OECD Publishing, in http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2012-en
- OIM (2004), *Valuing Migration: Costs, Benefits, Opportunities and Challenges*, MC/INF/276
- Oglethorpe, J., Ericson, J., Bilsborrow, R. E. and Edmond, J. (2007), *People on the Move: Reducing the Impacts of Human Migration on Biodiversity*, Washington, DC: World Wildlife Fund and Conservation International Foundation
- ONU, in <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/migration/>
- Peixoto, J. (1993), *Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980*, in M. B. Silva et al. (Org.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Alges, Edit. Fragmentos, pp. 278-307
- Peixoto, J. (2004), *Pais de emigração ou país de imigração? Mudança e*

continuidade no regime migratório em Portugal, SOCIUS N.º2/2004

- Peixoto, J. (2008), *Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes*, in Peixoto, J. (org.) (Abril 2008), Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho, n.º2, Lisboa, ACIDI, pp.19-46
- Peixoto, J. e Fonseca, A. (2008), *Migration, development and remittances in Europe: mixed impacts and the role of institutions*, SOCIUS N.º 2/2008
- Peixoto, J. e Sabino, C (2009), *Immigration, Emigration and Policy Developments in Portugal*, ARI 117/2009, Real Instituto Elcano
- Pereirinha, J. A., Carolo, D. F. (2009), *A Construção do Estado-Providência em Portugal: Evolução da Despesa Social de 1935 a 2003*, Gabinete de História Económica e Social, Lisboa, Documento de Trabalho n.º 36
- Phillips, P. C. B. e Perron, P. (1988), *Testing for a unit root time series regression*, Biometrika, Great Britain, v. 75, n.º 2, pp. 335-346
- Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J. E Vaz, M. J. (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. Tinta da China, Lisboa
- Ratha, D. (2003), *Workers' Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance*, in Global Development Finance 2003, Washington, Banco Mundial, pp. 157-175
- Ratha, D. (2007), *Leveraging Remittances for Development*, MPI Policy Brief, Junw 2007
- Ratha, D. e Mohapatra, S. (2007), *Increasing the Macroeconomic Impact of Remittances on Development*, World Bank, apresentado num encontro sobre remessas do G8, Berlim, 28 a 30 de Novembro
- Rocha-Trindade, M. B. (1973), *Immigrés Portugais*, Lisboa, ISCSP, 163 pp.
- Rodriguez E. e S. Horton (1994), *International return migration and remittances in the Philippines*, in D. O'Connor and L. Farsakh, Development Strategy, Employment and Migration. Country Experiences, OECD Development Centre, Paris
- Rovisco, M. L. (2001), *Panorama histórico da emigração portuguesa*, 2001, Janus
- Sayan, S. (2006), *Business Cycles and Workers' Remittances: Hoe Do Migrant*

Workers Respond to Cyclical Movements of GDP at Home?, IMF Working Paper/06/52

- Serrão, J. (1972), *Emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte
- Serrão, J. (1985), *Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo*, *Análise Social*, XXI(87-88-89), pp. 995-1004
- Singh, R. J., Haacker, M., Lee, K. (2009), *Determinants and Macroeconomic Impact of Remittances in Sub-Saharan Africa*, IMF Working Paper/09/216
- Solimano, A. (2003), *Remittances by emigrants: issues and evidence*, ONU
- Stark O, C. Helmenstein, e A. Prskawetz (1997), *A brain gain with a brain drain*, *Economic Letters*, 55, pp. 227-234
- Stark O, C. Helmenstein, e A. Prskawetz (1998), *Human capital formation, human capital depletion, and migration: a blessing or a “curse”*, *Economic Letters*, 60, pp. 363-367
- Warin, T. e Svaton, P. (2008), *European Migration: Welfare Migration or Economic Migration*, *Global Economy Journal*, Vol. 8, Issue 3, article 3
- Woodruff, C. M. e Zenteno, R. (2001), *Remittances and Microenterprises in Mexico* (August 14, 2001), UCSD, Graduate School of International Relations and Pacific Studies Working Paper, in <http://www.ssrn.com/abstract=282019>
- World Bank, 2006, *Global Economic Prospects 2006: Economic Implications of Remittances and Migration*, Washington DC

Anexo A

Quadro 1: Emigrantes (total, por sexo, por tipo e por mil habitantes)

Tempo	Total	Emigrantes por mil habitantes	Emigrantes por género (%)		Emigrantes por tipo (%)	
			Masculino	Feminino	Permanente	Temporário
1992	39322	3,9	69,8	30,2	56,8	43,2
1993	33171	3,3	68,4	31,6	46,9	53,1
1994	29104	2,9	76,3	23,7	26,96	73,04
1995	22579	2,3	74,1	25,9	35,9	64,1
1996	29066	2,9	76,6	23,4	33	67
1997	36935	3,7	76,99	23,01	19,6	80,4
1998	22196	2,2	68,6	31,4	35,7	64,3
1999	28080	2,8	71,8	28,2	14,5	85,5
2000	21333	2,1	80	20	21,99	78,01
2001	20589	2	76,6	23,4	27,99	72,01
2002	27358	2,6	81,7	18,3	32,2	67,8
2003	27008	2,6	76,3	23,7	24,8	75,2

Fonte: INE (Inquéritos aos movimentos migratórios de saída) e Pordata

Quadro 2: Emigrantes por faixa etária

Tempo	Faixa etária					
	0-14	15-39	>40			
1992	2814	13570	3230			
1993	2932	22269	7970			
1994	998	23396	4710			
1995	1216	17998	3365			
1996	968	22364	5734			
	0-14	15-29	30-34	>45		
1997	1653	16712	10944	7626		
1998	1591	12154	6655	1796		
1999	934	16181	7921	3043		
2000		9308	8281	3745		
	0-19	20-29	30-39	40-44	45-54	>55
2001	2665	7542	4537	2757	1816	1273
	0-14	15-29	30-34	>45		
2002	1024	16082	6730	3522		
2003	1535	12328	6675	6470		

Fonte: INE (Estatísticas Demográficas), execução própria

Quadro 3: Emigrantes por grau de instrução

Anos/Grau de instrução	Não sabe ler nem escrever ou se sabe não concluiu nenhum grau de ensino		Ensino básico (1.º ciclo)		Ensino básico (2.º e 3.º ciclos)		Ensino secundário ou superior	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1997	3685	9,98	15788	42,75	13036	35,29	4426	11,99
1998	973	4,38	11021	49,65	7289	32,84	2913	13,12
1999	2171	7,73	10038	35,75	14536	51,77	1335	4,76
2000	2689	12,61	6741	31,6	8781	40,07	3123	14,64
2001	2284	11,09	6221	30,22	10423	50,63	1662	8,07
2002	2085	7,62	10969	40,09	11222	40,75	3082	11,27

Fonte: INE (Estatísticas Demográficas)

Anexo B

Tabela B1: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar PIB e Remessas

Sample: 1978 2010
 Included observations: 28
 Series: LPIB LREM
 Lags interval: 1 to 4

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	0	1	2	0	1
Max-Eig	0	0	0	0	1

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	108.4780	108.4780	109.9445	109.9445	112.4632
1	112.4394	115.4390	116.4158	119.0701	121.5564
2	112.7619	119.2043	119.2043	122.8060	122.8060
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.605571	-6.605571	-6.567464	-6.567464	-6.604516
1	-6.602814	-6.745645	-6.743988	-6.862148	-6.968316*
2	-6.340133	-6.657451	-6.657451	-6.771857	-6.771857
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-5.844311*	-5.844311*	-5.711046	-5.711046	-5.652941
1	-5.651239	-5.746492	-5.697256	-5.767837	-5.826426
2	-5.198243	-5.420404	-5.420404	-5.439653	-5.439653

Tabela B2: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar PIB e RRem

Sample: 1978 2010
 Included observations: 31
 Series: LPIB LRR
 Lags interval: 1 to 1

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	0	1	0	0	0
Max-Eig	1	1	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	106.9817	106.9817	112.1673	112.1673	112.5682
1	112.6774	116.8232	117.7774	118.1418	118.5366
2	112.8747	118.3517	118.3517	119.7237	119.7237
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.643983	-6.643983	-6.849504	-6.849504	-6.746338
1	-6.753378	-6.956338*	-6.953383	-6.912375	-6.873327
2	-6.508046	-6.732365	-6.732365	-6.691849	-6.691849
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.458952	-6.458952	-6.571958*	-6.571958*	-6.376276
1	-6.383317	-6.540019	-6.490806	-6.403541	-6.318235
2	-5.952954	-6.084758	-6.084758	-5.951726	-5.951726

Tabela B3: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Consumo e Remessas (Lag = 1)

Sample: 1978 2010

Included observations: 31

Series: LCONS LREM

Lags interval: 1 to 1

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	1	1	0	0	0
Max-Eig	1	1	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	100.5122	100.5122	106.3156	106.3156	106.5503
1	106.6523	108.8352	111.5505	111.8487	112.0561
2	106.7131	111.8859	111.8859	113.4002	113.4002
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.226596	-6.226596	-6.471973	-6.471973	-6.358085
1	-6.364665	-6.440980	-6.551648*	-6.506369	-6.455231
2	-6.110525	-6.315219	-6.315219	-6.283881	-6.283881
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.041566	-6.041566	-6.194427*	-6.194427*	-5.988023
1	-5.994604	-6.024661	-6.089072	-5.997535	-5.900139
2	-5.555433	-5.667612	-5.667612	-5.543758	-5.543758

Tabela B4: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar
Consumo e Remessas (Lag = 4)

Sample: 1978 2010
Included observations: 28
Series: LCONS LREM
Lags interval: 1 to 4

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	0	0	0	0	1
Max-Eig	0	0	0	0	1

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	98.85766	98.85766	100.7770	100.7770	102.3733
1	101.7752	102.7562	104.3138	110.3358	111.9200
2	102.4533	105.5816	105.5816	112.9081	112.9081
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-5.918405	-5.918405	-5.912639	-5.912639	-5.883807
1	-5.841086	-5.839728	-5.879556	-6.238269	-6.279997*
2	-5.603805	-5.684398	-5.684398	-6.064863	-6.064863
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-5.157145*	-5.157145*	-5.056222	-5.056222	-4.932232
1	-4.889511	-4.840575	-4.832824	-5.143958	-5.138107
2	-4.461915	-4.447351	-4.447351	-4.732659	-4.732659

Tabela B5: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Consumo e RRem (Lag = 1)

Sample: 1978 2010
 Included observations: 31
 Series: LCONS LRR
 Lags interval: 1 to 1

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	1	1	0	0	0
Max-Eig	1	1	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	100.4888	100.4888	106.2521	106.2521	106.5773
1	106.6442	109.1916	112.0915	112.4694	112.7690
2	106.7386	112.5180	112.5180	113.8704	113.8704
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.225084	-6.225084	-6.467878	-6.467878	-6.359824
1	-6.364141	-6.463973	-6.586546*	-6.546415	-6.501223
2	-6.112169	-6.356000	-6.356000	-6.314219	-6.314219
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-6.040054	-6.040054	-6.190332*	-6.190332*	-5.989762
1	-5.994079	-6.047654	-6.123969	-6.037581	-5.946132
2	-5.557077	-5.708393	-5.708393	-5.574096	-5.574096

Tabela B6: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Consumo e RRem (Lag = 4)

Sample: 1978 2010
 Included observations: 28
 Series: LCONS LRR
 Lags interval: 1 to 4

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	0	0	0	0	1
Max-Eig	0	0	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	99.11852	99.11852	100.8555	100.8555	102.1380
1	101.8464	102.9454	104.1507	109.1142	110.3342
2	102.3768	105.4634	105.4634	111.8002	111.8002
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-5.937037	-5.937037	-5.918252	-5.918252	-5.867000
1	-5.846172	-5.853244	-5.867905	-6.151014	-6.166732*
2	-5.598344	-5.675959	-5.675959	-5.985727	-5.985727
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-5.175778*	-5.175778*	-5.061835	-5.061835	-4.915426
1	-4.894598	-4.854091	-4.821173	-5.056703	-5.024842
2	-4.456454	-4.438912	-4.438912	-4.653523	-4.653523

Tabela B7: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Investimento e Remessas (Lag = 1)

Sample: 1978 2010
 Included observations: 31
 Series: LINV LREM
 Lags interval: 1 to 1

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	0	0	0	1	2
Max-Eig	0	0	0	1	2

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	69.90268	69.90268	72.94242	72.94242	74.00412
1	73.01308	76.24430	77.93154	87.48485	87.62279
2	74.09564	78.04426	78.04426	92.47200	92.47200
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-4.251786	-4.251786	-4.318866	-4.318866	-4.258330
1	-4.194392	-4.338342	-4.382680	-4.934507*	-4.878890
2	-4.006170	-4.131888	-4.131888	-4.933678	-4.933678
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-4.066755	-4.066755	-4.041320	-4.041320	-3.888269
1	-3.824331	-3.922023	-3.920103	-4.425672*	-4.323798
2	-3.451078	-3.484281	-3.484281	-4.193555	-4.193555

Tabela B8: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Investimento e Remessas (Lag = 4)

Sample: 1978 2010
 Included observations: 28
 Series: LINV LREM
 Lags interval: 1 to 4

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	1	2	0	1	2
Max-Eig	1	0	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	70.38208	70.38208	76.37319	76.37319	77.32559
1	77.03575	77.68317	82.04060	85.28851	85.42811
2	77.92924	82.33023	82.33023	90.70315	90.70315
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-3.884434	-3.884434	-4.169514	-4.169514	-4.094685
1	-4.073982	-4.048798	-4.288615	-4.449179	-4.387722
2	-3.852088	-4.023588	-4.023588	-4.478797*	-4.478797
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-3.123175	-3.123175	-3.313096	-3.313096	-3.143111
1	-3.122407	-3.049645	-3.241883	-3.354869*	-3.245833
2	-2.710199	-2.786541	-2.786541	-3.146592	-3.146592

Tabela B9: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Investimento e RRem (Lag = 1)

Sample: 1978 2010
 Included observations: 31
 Series: LINV LRR
 Lags interval: 1 to 1

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	1	1	0	0	2
Max-Eig	1	0	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	66.03170	66.03170	73.35267	73.35267	74.46932
1	73.37665	73.67496	77.93765	81.27578	81.84519
2	74.12184	77.94174	77.94174	84.95965	84.95965
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-4.002045	-4.002045	-4.345334	-4.345334	-4.288343
1	-4.217848	-4.172578	-4.383074	-4.533921*	-4.506141
2	-4.007861	-4.125274	-4.125274	-4.449010	-4.449010
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-3.817014	-3.817014	-4.067788*	-4.067788*	-3.918282
1	-3.847787	-3.756259	-3.920498	-4.025087	-3.951049
2	-3.452769	-3.477666	-3.477666	-3.708887	-3.708887

Tabela B10: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Investimento e RRem (Lag = 4)

Sample: 1978 2010
 Included observations: 28
 Series: LINV LRR
 Lags interval: 1 to 4

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	1	2	1	1	2
Max-Eig	1	2	1	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	67.42493	67.42493	73.26010	73.26010	74.18104
1	73.81619	76.23189	81.14395	82.64043	82.69992
2	74.36031	81.87357	81.87357	88.41055	88.41055
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-3.673210	-3.673210	-3.947150	-3.947150	-3.870074
1	-3.844014	-3.945135	-4.224568	-4.260031	-4.192852
2	-3.597165	-3.990969	-3.990969	-4.315039	-4.315039*
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-2.911950	-2.911950	-3.090733	-3.090733	-2.918499
1	-2.892439	-2.945982	-3.177836*	-3.165720	-3.050962
2	-2.455275	-2.753922	-2.753922	-2.982835	-2.982835

Tabela B11: Testes para determinar o modelo de cointegração para estimar Importações e Remessas

Sample: 1978 2010
 Included observations: 28
 Series: LIMP LREM
 Lags interval: 1 to 4

Selected (0.05 level*) Number of Cointegrating Relations by Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	0	0	0	0	1
Max-Eig	0	0	0	0	0

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

Information Criteria by Rank and Model

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Rank or No. of CEs	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Log Likelihood by Rank (rows) and Model (columns)					
0	72.31143	72.31143	74.16761	74.16761	77.23145
1	76.35245	77.27276	78.12178	82.71939	85.52687
2	77.74825	81.11786	81.11786	86.63264	86.63264
Akaike Information Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-4.022245	-4.022245	-4.011972	-4.011972	-4.087960
1	-4.025175	-4.019483	-4.008699	-4.265671	-4.394776*
2	-3.839161	-3.936990	-3.936990	-4.188046	-4.188046
Schwarz Criteria by Rank (rows) and Model (columns)					
0	-3.260985*	-3.260985*	-3.155555	-3.155555	-3.136386
1	-3.073600	-3.020330	-2.961967	-3.171360	-3.252887
2	-2.697271	-2.699943	-2.699943	-2.855842	-2.855842

